

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO**  
**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – CURSO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA**

**NATALIA CONSONNI CESANA**

**O trabalho de associações de moradores na preservação  
da história de bairros paulistanos**

**São Paulo**  
**agosto 2013**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO**  
**COORDENADORIA GERAL DE ESPECIALIZAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO**  
PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU – CURSO HISTÓRIA, SOCIEDADE E CULTURA

**NATALIA CONSONNI CESANA**

**O trabalho de associações de moradores na preservação  
da história de bairros paulistanos**

Trabalho de conclusão do curso “História, Sociedade e Cultura”, que faz parte do programa de pós-graduação *lato sensu* da PUC/SP.

Orientador: Prof. Dr. Amílcar Torrão Filho.

**São Paulo**  
**agosto 2013**



## FOLHA DE APROVAÇÃO

## **RESUMO/ EMENTA**

Este trabalho se propõe a analisar a motivação de grupos independentes de moradores que representam alguns bairros da cidade de São Paulo na preservação da história de seus espaços (em formato de memórias orais/ lembranças e de bens construídos) tendo como base teórica os estudos de três pensadores-chave nesta questão: Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Ecléa Bosi.

## **PALAVRAS-CHAVE**

Memória; memória oral; preservação; patrimônio; associação de moradores; São Paulo.

## |APRESENTAÇÃO|

### **Crônica 1: Perdizes**

Veza por outra, indo devolver um filme na locadora ou almoçar no árabe da rua de baixo, dobro uma esquina e tomo um susto. Ué, cadê o quarteirão que estava aqui? Onde na véspera havia casinhas geminadas, roseiras cuidadas por velhotas e janelas de adolescentes, cheias de adesivos, há apenas uma imensa cratera, cercada por tapumes.

Fecho os olhos, abro de novo, penso se não seria o flashback de um ácido tomado nos anos 60. Lembro-me então que eu não existia nos anos 60 e, portanto, aquilo é exatamente o que parece: uma imensa cratera, cercada por tapumes. As janelas, as roseiras, as casinhas, foi tudo levado em caçambas de entulho - as velhotas e os adolescentes, espero, conseguiram escapar.

Em breve, do buraco brotará um prédio, com grandes garagens e minúsculas varandas, e será batizado de Arizona Hills, ou Maison Lacroix, ou Playa de Marbella, e isso me entristece. Não só porque ficará mais feio meu caminho até a locadora, ou até o árabe na rua de baixo, mas porque é meu bairro que morre, devagarinho.

Os bairros, como os homens, também têm um espírito. É uma espécie de chorume transcendental que escorre pelo meio-fio, soma de suas construções e seus personagens, sua história e sua paisagem. Perdizes é o bairro da PUC e de palmeirenses que gritam pela janela a cada gol, ensandecidos, dos poetas de concreto e de deliverys que vendem pizzas de muzzarella, mais baratas a cada ano que passa, é o bairro do TUCA e do Tom Zé – que, dizem, é o jardineiro do prédio onde mora.

Da mesa do árabe em que almoço, vejo estudantes de moda da Santa Marcelina, de cabelo azul, esperando para atravessar a rua, ao lado de freirinhas que cursam pós em teologia na PUC; vejo meninos e meninas de uniforme escolar mascando chicletes, ouvindo iPod e provocando uns aos outros, daquele jeito que meninos e meninas se provocam, um segundo antes de nascerem peitos e barba; vejo um cara que vende cocada, vindo diretamente do século XIX, batendo sua matraca. No ponto da Cardoso tem o Adão, taxista que conhece não só todas as árvores frutíferas da cidade como ainda sabe em que época cada uma delas dá seus frutos.

Às vezes, no fim da tarde, quando ouço o sino da igreja da Caiubi badalar seis vezes, quase acredito que estou numa cidade do interior. Aí saio para devolver os vídeos, olho pro lado, percebo que o quarteirão desapareceu e me dou conta que ainda estou em São Paulo, e que eu mesmo tenho minha cota de

responsabilidade: moro no segundo andar de um prédio. É um prédio velho, tem o simpático nome de Maria Alice, mas e daí? Ali embaixo, onde agora fica a garagem, já houve uma cratera, a antes dela o jardim de uma velhota e a janela de um adolescente, cheia de adesivos.”<sup>1</sup>

\*\*\*

## **Crônica 2: As paredes caem, uma a uma, em Pinheiros**

Quando cheguei a esta rua, João Moura, havia em frente do meu prédio uma vilazinha e nela uma fonte de água cristalina. Dizia-me seu Chico, com seus 80 anos, que a fonte existia desde que ele chegara, na altura dos anos 1930. E que muita gente ia buscar água fresca para encher talhas, potes e moringas.

Chico, meu vizinho, tinha um quintal que ia até quase a Rua Cristiano Viana. Nele coexistiam jabuticabeiras, bananeiras, pássaros, patos, galinhas. As jabuticabas, imensas, eram docíssimas.

Cada vez que o pé carregava e os galhos pretejavam de frutos, Chico me trazia uma vasilha cheia. Havia um tanto de interior, um tanto de bucolismo, outro de quietude, comunidade.

Chico se foi, mas sua casa, seu terreno ainda estão ali e cada um de nós prende a respiração, no temor de que vendam algum dia e tudo vá para o chão.

O galo garnizé que a vizinhança ouve habita esse terreno. Vez ou outra, acontece uma baladinha noturna, com violão e danças, há pessoas guardando a casa. Um cidadão dia desses começou a espicaçar a galinha que tinha acabado de ter pintinhos.

Provocava e provocava a pobre ave que tentava proteger os filhotes e investia com o bico. Então, um dos convidados gritou:

- Pare com isso, por favor! Não perturbe! Não vê que a galinha ainda está amamentando?

Quando cheguei à rua, anos 90, do meu apartamento no 13.º andar minha vista alcançava o horizonte e eu podia ver as luzes do Morumbi, em noites de jogo. Ao fazer uma panorâmica, contemplava o verde por toda a parte.

Abaixo de mim podia contemplar os sobrados tão característicos de Pinheiros e Vila Madalena, cada um com seu quintal, suas árvores. Podia ver laranjeiras. Mangueiras e jabuticabeiras, flores.

---

<sup>1</sup> PRATA, Antonio. Perdizes. In: \_\_\_\_\_. Meio intelectual, meio de esquerda. São Paulo: Editora 34, 2010, pp. 56.

Assim vinha sendo nossa vidinha com jeito provinciano, aqui em Pinheiros, dentro de São Paulo. Basta atravessar uma rua e estamos nos Jardins. Mas em geral ficamos no que chamamos o outro lado da Rebouças, o nosso.

Tão bom que as casas de decoração estão ocupando espaços, são várias e dá gosto olhar as vitrines. Uma delas, a do Teo, inclusive, reformou uma área imensa em frente da nova churrascaria Bovinu's, que, após quase um ano, abriu suas portas.

Nessa onda, na Rua Artur de Azevedo, a filha do Viana mudou o rumo dos negócios que eram do pai (materiais de construção) e agora o espaço se chama Vianarte, com objetos coloridos.

Jovens saem do cursinho e da faculdade (tudo aqui na rua) e lotam o bar do Pinguim e o novo boteco Leyseca na esquina da Artur de Azevedo. Há um tom alegre nos fins de tarde, ruidoso, agitado. Na CPL motoqueiros fazem point aos sábados.

Aqui temos nossos bares, nossos restaurantinhos, o Genova, o Buttina, o bistrô Vianna, o Wolf, nossos self-services, a padaria, o sapateiro, a quitanda, a farmácia, o supermercadinho, a acupuntura.

Os prédios existentes conviviam em harmonia com os sobrados, as lojas, com tudo, todos se ajustando, se acomodando, amigavelmente. Uns prédios maiores, outros pequenos, de quatro, cinco andares.

Então, começaram a chegar. Ah, começaram! Em frente de casa subiram duas torres enormes, minha vista se foi, a fontezinha desapareceu no concreto. Sim, um dia reapareceu dentro da garagem de nosso prédio. Quem segura água?

A vilinha que havia desapareceu. Foi o primeiro aviso. O segundo foi na Rua Artur de Azevedo, quando um grupo de casinhas foi abaixo, entre elas a original videolocadora S'Different, um barzinho de happy hour e duas ou três residências.

As "bombas" caíam cada vez mais perto. Então, a notícia se espalhou: tudo viria abaixo na esquina da João Moura com a Teodoro Sampaio. Até a belíssima casa branca que ficava no alto de uma colina.

Histórica? Não sabíamos. Mas era linda, de uma São Paulo senhorial, elegante. Todos tremeram quando a proprietária, velhinha, morreu. Dali saiu seu funeral por determinação expressa. Ficamos todos na corda bamba.

Súbito, na calada da noite, porque eles não têm coragem, fazem na calada da noite, a casa desapareceu. Foi ao chão, como se tivesse passado um tsunami. A arte de demolir num instante tem seu auge em São Paulo.

A morte da casa branca da colina verde doeu em todos nós. Ali, dizem, vai ser um shopping. Na Artur, um grande complexo. A culpa é de quem, gente? Das construtoras? Não, elas querem construir. A culpa é de leis que cedem ante o poder do dinheiro sem medir consequências para a comunidade, o trânsito, a rede de águas e esgotos, e tudo que está implicado.

E as árvores do jardim? Vão para o chão? (Aliás, ali na esquina da Brasil com a Colômbia, a Kia não derrubou a imensa árvore, frondosa, para construir uma concessionária?) E como fazer, se ao lado da ex-casa branca da João Moura há um posto de gasolina? Terreno contaminado. Não existe um prazo de alguns anos para limpar tudo? Vão cumprir? Vão nada.

Junto da escola, outro edifício está subindo. Sobem, sobem, vão subir, e o bairro vai sendo desfigurado. Aliás, toda esta cidade foi, está sendo e será. Não existem planos diretores, nem políticos que se interessem por esta pobre São Paulo.

Assinei, vou participar, estou com o Movimento Contra a Verticalização. Não somos contra o progresso, somos contra as injúrias, a agressão à qualidade de nossas vidas, a entrega de tudo à especulação.

Vivi quase 20 anos nesta comunidade, faço parte dela, nos conhecemos todos, temos nossos hábitos e idiosincrasias, alegrias. Agora, temos medo, muito medo de que talvez tenhamos de procurar outro lugar para viver.

Eros Grau, que foi ministro do Supremo, é poeta, romancista, com expressiva bibliografia jurídica e membro da Academia Paulista de Letras, em seu mais recente livro, Paris, Quartier Saint-Germain, ao testemunhar a ação do 'modernismo' que vem devastando edifícios, livrarias, pontos tradicionais em Paris, indaga:

'... E os seres humanos que davam vida a todas essas coisas? Onde está, para onde foi toda essa gente que integrava meu universo afetivo? Que diabo de método de produção social desagradável, sempre assumindo formas novas, engolindo o passado e os que faziam parte dele! Eles não percebem - os sujeitos da transformação econômica - que agridem bruscamente a nossa intimidade afetiva quando renovam o quartier e o mundo?'<sup>2</sup>

\*\*\*

---

<sup>2</sup> BRANDÃO, Ignácio de Loyola. As paredes caem, uma a uma, em Pinheiros. **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, Caderno 2, D10, 20 de abril de 2012.

Retratadas e divulgadas em crônicas ou vivenciadas silenciosamente no dia a dia, as mudanças pelas quais passam alguns bairros da cidade de São Paulo têm afetado principalmente a vida de muitos moradores. Positiva e negativamente.

Esta monografia de conclusão de curso tem esta missão: analisar, por meio das noções de história, memória e preservação do patrimônio cultural da cidade de São Paulo, a mobilização independente de alguns moradores de bairros que notadamente têm passado por drásticas transformações.

Foram colhidos depoimentos de cinco representantes de associações de moradores (Memorial da Penha e Amo a Mooca – zona leste; Viva Pacaembu, Associação dos Amigos da Vila Pompeia e Associação Grupo de Memórias do Itaim Bibi – zona oeste) que explicaram como atuam, o que os move, quais os motivos que os levaram a se reunir e em prol de que mantêm esse trabalho voluntário.

Foi ouvido também o presidente da associação Preserva São Paulo, que tem contato com várias associações de bairro e pôde dar uma visão geral sobre o tema.

Como será apresentado adiante, cada um possui uma motivação, uma linha de atuação. Alguns são mais ativos na defesa do patrimônio arquitetônico, outros estão mais preocupados em preservar a qualidade de vida, outros em resgatar lembranças e os modos de vida de moradores mais antigos. São memórias que, de certo modo, estão em bens tombados, no traçado urbano, em uma construção, ou resquícios dela, mas também estão em uma conversa informal entre amigos, em fotos antigas comparadas com a cena atual. Histórias que estão nas lembranças de cada um que, cruzadas, preservam de alguma forma o bairro de tantas transformações pelas quais tem passado.

## |INTRODUÇÃO|

Pensando no lugar historiográfico que esta pesquisa ocupa, vale citar a abordagem trazida por Matos (2002), particularmente no primeiro capítulo de sua obra, que trata de cotidiano e cidade e do conceito de memória.

Na apresentação que faz, Matos reforça seu interesse na corrente historiográfica que estuda “outras histórias”, definidas pela autora como experiências “porta adentro” inseridas no cotidiano urbano. Estes trabalhos fazem parte de uma nova tendência de se escrever a História, que vem crescendo principalmente a partir da década de 1960 e que tem contribuído para renovar e ampliar noções tradicionais trabalhadas até então.

Abre-se espaço para deslocar a discussão do âmbito político do Estado e das instituições públicas para analisar a vida cotidiana; abre-se a oportunidade de articular novas experiências e ouvir agentes antes negados pelo discurso histórico tradicional.

Matos afirma ainda que os estudos de cotidiano focalizam as experiências de sujeitos históricos de diferentes etnias, classes e gêneros e, por meio delas, têm demonstrado que o comportamento ou os valores aceitos em uma sociedade num certo momento histórico podem ser rejeitados em outras formas de organização social ou em outros períodos.

*O historiador do cotidiano tem como preocupação restaurar as tramas de vidas que estavam encobertas, procurar no fundo da história figuras ocultas, recobrar o pulsar no cotidiano, recuperar sua ambiguidade e a pluralidade de possíveis vivências e interpretações, desfilar a teia de relações cotidianas e suas diferentes dimensões de experiência, fugindo dos dualismos e polaridades e questionando as dicotomias. (...) Pretende perceber suas mudanças e permanências, descontinuidades e fragmentação, as amplas articulações, as infinitas possibilidades dessa trama multidimensional, que se compõem e recompõem continuamente. (MATOS, 2002, p.26)*

É neste contexto historiográfico que esta monografia se insere. Levando-se em consideração as rápidas transformações pelas quais tem passado a

cidade de São Paulo, principalmente com o aumento da especulação imobiliária, é interessante analisar, do ponto de vista da atuação das associações de bairro, como ocorre a defesa da preservação da história de seus espaços.

Cada vez mais estas associações têm se engajado em resgatar documentos e informações, divulgar dados relativos ao bairro, pedir o tombamento de alguns imóveis, intervir na construção de grandes conjuntos de prédios a favor de um bem que carrega algum dado histórico, sempre na tentativa de não perder espaços que trazem lembranças e contam a história não só do bairro, mas também de São Paulo e dos moradores.

A imprensa tem noticiado o surgimento de movimentos antiverticalização que se espalham pela cidade de São Paulo e que atuam não só protestando e promovendo discussões contra a construção de grandes espigões comerciais e/ou residenciais, como acionando a Justiça para adiar o início de tais obras.

Um grupo de sete moradores do bairro Jardim Paulistano conseguiu uma liminar no mês de abril de 2012 suspendendo a construção de um edifício na região, em uma área estritamente residencial unifamiliar.

Outro caso recente noticiado amplamente pela imprensa é o caso da Vila Madalena<sup>3</sup>, onde foi formada a campanha “Movimento Pela Vida – Antes que a casa caia”, cujo objetivo é o de impedir que a especulação imobiliária acabe com a identidade do bairro, caracterizado pela presença de casas antigas, comércio tradicional e vida cultural intensa.

O bairro de Pinheiros também vem passando por uma explosão imobiliária e alguns moradores criaram o Movimento Contra a Verticalização de Pinheiros.

A reportagem intitulada “Moradores temem que a Mooca perca a ‘alma’”, publicada no jornal *O Estado de São Paulo*, relata que antigos galpões de fábricas estão dando lugar a grandes torres residenciais. Ruas antes tranquilas têm agora intenso vaivém de veículos.

De acordo com reportagem também publicada no *O Estado de São Paulo*<sup>4</sup>, o boom imobiliário vivido na capital paulista tem provocado a demolição

---

<sup>3</sup> GUTIERRE; TAU, 2012.

<sup>4</sup> BRANCATELLI, 2011.

de três imóveis ao dia. Os dados apresentados, coletados com base em todos os deferimentos de alvarás de execução de demolição publicados no Diário Oficial de 1º de janeiro de 2007 até a semana de publicação do artigo, em 19 de agosto de 2011, atestam que enquanto o mercado lançava dez novos edifícios por semana, foram demolidos na capital exatos 4.713 imóveis, entre residências e galpões industriais. No mesmo período, São Paulo ganhou 2.439 edifícios, com um total de 155.610 apartamentos. Com o cruzamento de dados, o jornalista que redigiu a reportagem afirma que é possível perceber que os bairros que mais perderam casas foram justamente aqueles cuja identidade sempre esteve ligada a sobrados, palacetes e residências da primeira metade do século passado.

Na reportagem<sup>5</sup> que trata da intenção dos moradores da Vila Madalena em tombar o bairro para evitar assim sua descaracterização, foi ouvida uma ex-conselheira do Condephaat que afirmou: “Tombamento serve para proteger valor histórico e artístico de um bem. Nunca vi ser concedido para impedir a construção de prédios. Acho a causa legítima, mas esse não é o instrumento mais adequado”.

O comentário feito pela conselheira, que não quis se identificar, deve ser analisado com cautela. São Paulo tem crescido desordenadamente e sem planejamento, à mercê dos interesses imobiliários das grandes incorporadoras e construtoras.

“O abandono do patrimônio arquitetônico em grandes centros é reflexo da expansão descontrolada e da especulação imobiliária, em tempos que a valorização do novo reflete a nossa cultura sedenta pela manutenção de uma modernidade ignorante e retrógrada.” (RIBEIRO, 2005, p.128).

Além disso, é sabido que em São Paulo, até pelo menos a última gestão municipal, empresas do setor da construção civil e do mercado imobiliário têm um histórico peculiar. De acordo com dados do Tribunal Superior Eleitoral, elas foram as que mais doações fizeram para as campanhas de candidatos a vereador – no último pleito, 59 empresas investiram pouco mais de R\$ 5,1 milhões nos vereadores eleitos<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> GUTIERRE; TAU, 2012.

<sup>6</sup> GAMA, 2012.

As notícias que permeiam esse assunto dão conta do lobby feito pelas construtoras para que as resoluções de tombamentos sejam revistas<sup>7</sup>, para que as regras do entorno de áreas tombadas sejam alteradas<sup>8</sup>, sem falar no caso de Hussein Aref Saab, ex-diretor do Departamento de Aprovação de Edificações (Aprov) da Prefeitura de São Paulo, acusado não só de liberar de forma mais ágil a aprovação de obras mediante pagamento de propina, mas também de opinar em processos de tombamento, já que tinha vaga de conselheiro suplente no Conpresp<sup>9</sup>.

Mas voltando às observações de Matos, as transformações da contemporaneidade têm levado os historiadores a escrever a História de outra forma, como já foi dito, debruçando-se sobre esta questão da memória das cidades. Antes, a cidade era pensada como um elemento de delimitação espacial do objeto de estudo do historiador, era como “palco da história” e não como objeto ou problema de estudo. Hoje, com a preocupação com a memória, descobrem-se novos temas, agentes e experiências.<sup>10</sup>

A cidade é vivida por cada um de seus moradores de modos diversos, que constroem diferentes representações dela, contrastando com a representação apresentada pelos discursos acadêmicos e oficiais. A cidade, neste caso, é entendida como sendo múltipla e a coleta das mais variadas experiências urbanas, que vêm com lacunas e esquecimentos próprios, ajuda a montar uma rede histórica. A cidade adquire então a função não só de registro como de agente histórico.

Esta monografia parte e se sustenta nos estudos de alguns pensadores em relação ao tema memória e preservação do patrimônio cultural.

---

<sup>7</sup> ZANCHETTA, LEITE, 2010.

<sup>8</sup> ZANCHETTA; DURAN, 2008.

<sup>9</sup> FERRAZ; FRASÃO, 2012.

<sup>10</sup> MATOS, 2002.

## [PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL]

O Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) é um órgão subordinado à Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo, criado pela Lei Estadual nº 10.247, de 22 de outubro de 1968, cuja função é identificar, proteger e preservar os bens móveis e imóveis do patrimônio histórico, arqueológico, artístico, turístico, cultural e ambiental do Estado, com a capacidade legal de tombare tais patrimônios.

Já o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) é vinculado à Secretaria Municipal de Cultura, apoiado pelo corpo técnico do Departamento do Patrimônio Histórico (DPH). Criado pela Lei nº 10.032, de 27 de dezembro de 1985, tem como principais atribuições deliberar sobre o tombamento total ou parcial de bens móveis e imóveis, de propriedade pública ou particular; informar sobre o tombamento de bens os cartórios de registros e órgãos estadual e federal de tombamento; formular diretrizes e estratégias necessárias para garantir a preservação de bens culturais e naturais e delimitar área de entorno de um bem tombado para que este possa ser controlado de forma adequada.

Estes órgãos são hoje responsáveis nos âmbitos estadual e municipal por definir quais construções, objetos ou práticas serão alçados à categoria de **patrimônio** e assim **preservados** por meio do processo de **tombamento**, a fim de que mantenham viva uma **memória**.

O Condephaat, com base no artigo 216 da Constituição Federal, entende patrimônio cultural como um conjunto de bens de natureza material e imaterial tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Para que estes bens continuem fazendo parte da vida das pessoas, inclusive adquirindo novos usos e significados eles devem ser tombados, ou seja, ter reconhecido certo **valor** que o transformará em patrimônio oficial e o preservará.

A palavra patrimônio vem do latim *pater*, que significa chefe de família, ou em um sentido mais amplo, os antepassados. Desta forma, pode ser associada também a bens, posses ou heranças deixados pelos chefes ou antepassados de um grupo social. Essas heranças tanto podem ser de ordem material como imaterial. Um bem cultural ou artístico também pode ser um legado de um antepassado. A palavra *nomos* origina-se do grego e refere-se a lei, usos e costumes relacionados à origem, tanto de uma família quanto de uma cidade. O *nomos* relaciona-se com o grupo social. “Patrimônio”, portanto, pode ser compreendido como o legado de uma geração ou de um grupo social para outro.

Tendo como parâmetro a divisão feita por Hugues de Varine-Boham, professor francês e diretor do Conselho Internacional dos Museus (ICOM) entre 1965 e 1974, Carlos Lemos<sup>11</sup> define patrimônio cultural como sendo um universo maior que pode ser dividido em três categorias: o primeiro grupo engloba elementos pertencentes à natureza e ao meio ambiente; o segundo refere-se ao conhecimento, às técnicas, ao saber e ao saber fazer; e o terceiro reúne os chamados bens culturais – objetos, artefatos e construções.

Lemos diz: “muitas vezes, alguns daqueles objetos triviais de todo dia se diferenciam de seus iguais devido ao fato de terem participado de eventos que se convencionou chamar de históricos. Passam a ter uma respeitabilidade que os demais não possuem. É a sacralização do objeto.”<sup>12</sup>

Por outro lado,

*o patrimônio cultural de uma sociedade ou de uma região ou de uma nação é bastante diversificado, sofrendo permanentemente alterações, e nunca houve ao longo de toda a história da humanidade critérios e interesses permanentes e abrangentes voltados à preservação de artefatos do povo, selecionados sob qualquer ótica que fosse. Sempre se colecionou coisas ‘importantes’ (...) Essa guarda de bens em geral nunca se ateve, porém, à preocupação de registrar estágios culturais já ultrapassados de toda uma comunidade. Em geral, guardaram-se objetos e as construções ricas da classe poderosa. Guardaram-se os artefatos de exceção e perderam-se para todo sempre bens culturais usuais e*

---

<sup>11</sup> LEMOS, 1987.

<sup>12</sup> Idem, p. 20-1.

*corriqueiros do povo. Esses bens diferenciados preservados sempre podem levar a uma visão distorcida da memória coletiva, por justamente serem excepcionais não terem representatividade. (LEMOS, 1987, p. 21)*

Interessante notar também a definição semântica apresentada por Françoise Choay a respeito de **monumento** e **monumento histórico**<sup>13</sup>. Monumento vem do latim *monumentum*, que deriva de *monere*, aquilo que traz à lembrança alguma coisa. É tudo que foi edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças. Um monumento toca, pela emoção, uma memória viva. O passado é evocado para fins vitais de determinado grupo, para manter e preservar a identidade de uma comunidade. É a garantia das origens. Com o tempo, o termo foi adquirindo outro significado que engloba as noções de poder, grandeza, beleza, algo que suscita encantamento ou espanto pela proeza técnica e colossalidade. Sua criação foi pensada a priori.

Já o monumento histórico é uma invenção bem datada, do Ocidente. É constituído como tal a posteriori pelos olhares dos historiadores e amantes das artes, que o selecionam na massa de edifícios existentes.

*Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico, sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. De modo inverso, cumpre lembrar que todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial. (...) O monumento tem por finalidade fazer reviver um passado mergulhado no tempo. O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integração numa concepção linear do tempo – neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular -; ou então ele pode, além disso, como obra de arte dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso ‘desejo de arte’: neste caso ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história. (CHOAY, 2001, p. 26)*

Em relação à preservação de um e de outro também há alguma diferença. Segundo Choay, os monumentos estão de modo contínuo expostos ao tempo. O esquecimento, o desapego, a falta de uso e mesma a destruição

---

<sup>13</sup> CHOAY, 2001.

deliberada faz com que sejam deixados de lado e abandonados. Já o monumento histórico exige, dentro da lógica do saber que envolve, que seja permanente e incondicionalmente conservado e preservado.

Beatriz Kühl trata em artigo<sup>14</sup> publicado na revista *Sinopses São Paulo* das mudanças no trato com o legado arquitetônico, especificamente nos séculos XV e XVIII, quando começam a se estabelecer as teorias de restauro e conservação. “Cada cultura, cada período e cada localidade tiveram maneiras próprias de se relacionar com seu passado, dele se apropriando, dando continuidade, selecionando, modernizando, ou mesmo renunciando.”

Foi a partir do século XVIII, com o Iluminismo, que se consolida uma nova relação de cultura com o passado – “fundamentado na razão, o movimento procurava aliá-la e combiná-la com Deus, o homem e a natureza, buscando liberar o pensamento das amarras políticas, religiosas e filosóficas a que estava sujeito”. Outro período de grande importância foi o pós-revolucionário francês, no final do século XVIII e XIX, quando recai o sentimento de proteção em relação à produção arquitetônica, a edifícios notáveis e a ambientes urbanos ameaçados de perda irremediável pelas incessantes transformações.

No Brasil, porém, as primeiras ideias de proteção ao patrimônio surgiram em meados de 1910 e integravam as discussões acerca do que era a identidade nacional. É a época dos Institutos Históricos e Geográficos. Mas é apenas em 1937 que o Brasil passa a ter, em nível constitucional, legislação específica de proteção a bens culturais, ainda visando afirmar e cristalizar uma memória que pertence a poucos.

Está claro até aqui que ao longo dos tempos, as noções de patrimônio e memória têm sido diferentes. Os conceitos de restauro e conservação ao longo da história também são constantemente redefinidos para atender as mudanças de objetivos das épocas.

---

<sup>14</sup> KÜHL, Beatriz Mugayar. As transformações na maneira de se intervir na arquitetura do passado entre os séculos 15 e 18: o período de formação da restauração. In: SINOPSES SÃO PAULO, n.º 36, p. 24-36, dez 2001.

Para garantir a preservação destes bens, foi instituído o recurso do tombamento, que nada mais é que

*(...) uma decisão administrativa e jurídica que visa o reconhecimento, pela sociedade através do poder público, do valor cultural de determinados bens, tangíveis e intangíveis, representativos dessa sociedade, objetivando sua proteção e valorização. (...) O tombamento ora é tratado como um mecanismo de “congelamento” da cidade sendo, portanto, visto como um empecilho para a sua “modernização”, ora é utilizado por grupos sociais como um dos instrumentos que podem garantir qualidade de vida numa cidade que gradativamente tem sido descaracterizada e deteriorada pelas desordenadas transformações urbanas.<sup>15</sup>*

Esta é a primeira medida a ser tomada para a preservação de um bem cultural, visto que impede juridicamente sua destruição. Tombar não significa engessar ou congelar a cidade, inviabilizando novas construções. Preservação e renovação são ações que se complementam e, juntas, podem revalorizar imóveis ou bairros que estejam deteriorados.

Cada classe social, cada grupo econômico tem uma preocupação particular e seleciona elementos culturais de seu interesse para que sejam preservados. A proteção destes itens está diretamente vinculada não só a valores científicos, estéticos, sociais e urbanos, mas também à memória de um povo.

---

<sup>15</sup> Cartilha Tombamento e Participação Popular, 2ª edição, 2001.

## [MEMÓRIA]

Para tratar da questão das memórias pessoais, recorrer-se-á aos estudos de Maurice Halbwachs, Pierre Nora e Ecléa Bosi.

O primeiro, sociólogo francês, desenvolveu o conceito de memória coletiva. Na obra *Memória coletiva*, Halbwachs considera que as memórias de um indivíduo nunca são só suas e que nenhuma lembrança pode existir separada da sociedade. Memórias são construções de grupos sociais que determinam o que é passível de ser lembrado.

O indivíduo carrega em si a lembrança de sua infância, de seus amigos, de suas relações escolares, mas está sempre interagindo com a sociedade, grupos e instituições a que pertence. É no contexto destas relações que as suas lembranças são construídas.

É preciso que haja um testemunho para que um fato se perpetue e se torne memória para um grupo. Recorre-se a esse testemunho, segundo Halbwachs (2006), “para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já tivemos alguma informação. (...) O primeiro testemunho a que podemos recorrer será sempre o nosso” (HALBWACHS, 2006, p. 29).

Esta memória coletiva, então, tem a função de contribuir para o sentimento de pertencimento a um grupo de passado comum, que compartilha certas memórias. Elas garantem o sentimento de identidade do indivíduo sustentado em uma memória compartilhada não só no campo histórico, mas no campo simbólico.

Além disso, a memória se modifica e se rearticula conforme a posição que o indivíduo ocupa e de acordo com as relações que estabelece nos diferentes grupos dos quais participa. Também está submetida a questões inconscientes, como afeto.

Há, portanto, uma relação direta entre a memória individual e a memória coletiva, visto que não será possível ao indivíduo recordar de lembranças de um grupo com o qual suas lembranças não se identificam. Segundo Halbwachs (2006, p.39), para que a memória individual se aproveite da memória dos outros, não basta que testemunhos sejam apresentados: também é preciso concordância com as memórias dos outros e pontos em comum entre uma e outras para que a lembrança venha a ser constituída sobre uma base comum. (HALBWACHS, 2006, p. 39)

Nesse sentido, a constituição da memória de um indivíduo é uma combinação das memórias dos diferentes grupos dos quais ele participa e sofre influência, seja na família, na escola, em um grupo de amigos ou no ambiente de trabalho. O indivíduo participa então de dois tipos de memória (individual e coletiva) e isso se dá na medida em que “o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou, mas que toma emprestado de seu ambiente” (HALBWACHS, 2006, p. 72).

É no contexto dessas relações que as lembranças são construídas. O lembrar e a forma como é percebido e visto o que está ao redor se constituem a partir desse emaranhado de experiências.

Outro pensador que estuda o tema é o historiador Pierre Nora. Em sua obra *Lugares de memória*, Nora associa uma ideia a um lugar, transformando-o em um símbolo. Este lugar, que é toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o tempo fez um elemento simbólico do patrimônio da memória, pertence ao domínio ideal e por isso é errado reduzi-lo a um passeio nostálgico entre monumentos e vestígios materiais do passado. O “lugar da memória” cristaliza uma parte da memória.

Outra consideração que Nora faz no artigo “Entre memória e história – a problemática dos lugares” cabe perfeitamente na discussão aqui proposta. Nora fala dos fenômenos da mundialização, mediatização e massificação como responsáveis pela aceleração da história, ou seja, a oscilação cada vez mais rápida de um passado morto, a percepção global de qualquer coisa como

desaparecida, que faz com que haja uma curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza. E mais:

*a aceleração é toda a distância entre a memória verdadeira social, intocada, aquelas cujas sociedades ditas primitivas, ou arcaicas, representaram o modelo e guardaram consigo o segredo – e a história que é o que nossas sociedades condenadas ao esquecimento fazem do passado, porque levadas pela mudança. (NORA, 1993, p.9).*

Ele diz que os locais de memória existem porque não há mais meios de memória e que

*se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história. Cada gesto, até o mais cotidiano, seria vivido como uma repetição religiosa daquilo que sempre se fez, numa identificação carnal do ato e do sentido. (NORA, 1993, p.8).*

Nora diferencia a história da memória, sendo a primeira a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, e a segunda, um elo vivido no eterno presente, alimentado por lembranças vagas, particulares, simbólicas que emergem de um grupo específico.

Sendo assim, diz Nora, tudo que chamamos hoje de memória já não o é, pois é história. Os lugares de memória então nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea.

*Menos a memória é vivida do interior, mais ele tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através dela. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral do todo o passado. (...) Hoje, toda a sociedade vive na religião conservadora e no produtivismo arquivístico. O que nós nos chamamos de memória é, de fato, a constituição gigantesca e vertiginosa do estoque material daquilo que nos é impossível lembrar. (...) Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa. (...) À medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular vestígios, testemunhos, documentos, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse tornar prova em não se sabe que tribunal da história. (NORA, 1993, 14).*

Por fim, a professora de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da USP, Ecléa Bosi. A sua obra *O tempo vivo da memória*, Bosi diz que cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que são pontos de amarração de sua história. Ao mesmo tempo,

*a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças. Daí a importância da coletividade no suporte da memória. Quando as vozes das testemunhas se dispersam, se apagam, ficamos sem guia para percorrer os caminhos da nossa história mais recente. Fica-nos a história oficial: em vez da envolvente trama tecida à nossa frente só nos resta virar a página de um livro, unívoco testemunho do passado. (BOSI, 2013, p. 70)*

Bosi diz ainda que bairros têm não só uma fisionomia como uma biografia, sua infância, juventude e velhice. Histórias de vidas são permeadas pelas histórias do espaço urbano.

*Quando a fisionomia do bairro se humaniza pode continuar se transformando e vivendo ou pode ser golpeada de morte. As histórias de vida muitas vezes decorrem em sobrados de pequena classe média que não merecem tombamento porque lá não morou nenhum barão, mas foram adquiridos com prestações custosas, privações sem fim, que resultaram nessas casas adoráveis que conhecemos (...) A cidade, como a história de vida, é sempre a possibilidade desses trajetos que são nossos percursos, destino, trajetória de alma. (...) Quando a fisionomia do bairro adquire, graças ao trabalho ingente dos moradores, um contorno humano, ele se valoriza. (BOSI, 2013, p. 70).*

O trecho em que Bosi frisa que o fato de não ter morado um barão do café em determinada região ou imóvel não torna a história do local menor é o cerne desta pesquisa. Como será apresentado adiante, muitas associações de bairro querem não só preservar seus espaços por meio do tombamento de alguns bens cujo significado é relevante para a história dos moradores do bairro, mas, em sua maioria, querem justamente manter viva essa lembrança de outros tempos, uma lembrança familiar, de uma época em que São Paulo era muito diferente do que é hoje e os relacionamentos eram mais próximos.

O bairro, ainda segundo Bosi, é uma totalidade estruturada, comum a todos, que traz um sentido de identidade, e recuperar a dimensão humana do espaço é um problema político urgente.

Com estes pequenos excertos do pensamento destes três estudiosos, agora se apresenta o que move as pessoas na prática a preservarem a memória de seus bairros, representada aqui por bens materiais e imateriais.

## **|DEPOIMENTOS|**

A cidade de São Paulo, fundada em 1554, possui muitos bairros e muita história a ser resgatada, conhecida e preservada, mas o critério de seleção das associações de bairro que poderiam ser ouvidas foi simples: os grupos deveriam ser independentes, sem vínculos com partidos políticos ou qualquer outra instituição; deveriam ser formados por moradores; deveriam estar ativos e trabalhando não só por questões relativas a calçamento, iluminação e segurança, mas principalmente deveriam ter alguma atuação na reunião de registros históricos de seus bairros, na divulgação destas informações e conscientização dos outros moradores, no sentido de ao menos ter registrado as origens e história do lugar.

Após pesquisa e contato prévio, cinco associações de bairro se disponibilizaram a conversar: o Memorial da Penha e a Amo a Mooca – zona leste; e a Viva Pacaembu, a Associação dos Amigos da Vila Pompeia e a Associação Grupo de Memórias do Itaim Bibi – zona oeste.

Outras certamente teriam o perfil procurado, mas com este recorte já é possível fazer uma análise prévia de como estes grupos atuam.

### **PENHA**

A Penha sempre foi uma localidade isolada dentro da cidade de São Paulo. Era como se fosse uma cidadezinha à parte, pois entre o centro e o bairro era tudo mato. Essa característica de subúrbio e de isolamento acabou sendo inserida na história paulistana.

O bairro se desenvolveu em torno da imagem de Nossa Senhora da Penha. Sua fundação é incerta, mas a data mais citada é a de 5 de setembro de 1668, quando foi concedida uma sesmaria ao padre Mateus Nunes da Siqueira. No entanto, o próprio documento esclarece que o padre já possuía

uma fazenda no local e que havia, por iniciativa de seu irmão, o também padre Jacinto Nunes da Siqueira, erigido uma capela para Nossa Senhora da Penha. Não se sabe ao certo quando a devoção começa, mas o primeiro documento de fé data de 1667 e refere-se a uma doação em testamento à igreja, com a construção da igreja de Nossa Senhora da Penha de França. Mas as primeiras referências históricas são de 1532, quando se estabeleceram na região os primeiros moradores, com posse de sesmarias.

Passagem obrigatória entre as aldeias de Guarulhos, São Miguel e Tatuapé, a Penha fazia parte da rota utilizada pelos bandeirantes a caminho do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, desde meados do século XVII.

Penha quer dizer 'grande massa de rocha isolada e saliente'. É fácil de entender, pois o bairro fica numa colina. Outra versão é que, segundos antigos cronistas, um viajante francês seguia de Piratininga para o Norte levando em sua bagagem uma imagem de Nossa Senhora da Penha de França. Ao passar pelo morro, chamado então de Aricanduva, parou para descansar. Ao continuar o trajeto no dia seguinte, deu por falta da santa. Voltou para procurá-la e a encontrou ao lado do morro. Guardou a imagem no baú e prosseguiu viagem, mas ao chegar ao pouso seguinte, notou a falta da estátua, que foi encontrada novamente no local onde foi achada antes. Este fato se repetiu várias vezes e o viajante, vendo nisso a vontade dos céus, ali construiu uma pequena ermida. A seguir, o padre Jacinto transferiu a imagem e a capela para o alto do morro, onde hoje se encontra a secular matriz da Penha.

A matriz não apenas se tornou o marco inicial do bairro, mas também ajudou a região a prosperar. Devotos começaram a vir de São Paulo e de outras cidades e Estados.

Entre os que procuravam índios para gerar mão-de-obra escrava, destaca-se a atuação do bandeirante seiscentista Domingos Leme, possuidor de sesmarias recebidas, em 1643, do capitão-mor Francisco da Fonseca Falcão, Outro desbravador radicado na região foi Amador Bueno da Veiga, dono de muitas terras desde Guarulhos até a Penha, ao longo do Vale do Rio Tietê.

No dia 15 de setembro de 1796, a Penha era elevada à categoria de freguesia, integrando regiões que hoje formam os bairros de Guaianazes, São Miguel, Ermelino Matarazzo e Vila Matilde. É deste período que data a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, construída e destinada aos escravos. Por possuir significado especial para a comunidade até os dias atuais - sobretudo a sala dos milagres - e diante da manutenção de sua estrutura de taipa de pilão intacta, foi tombada pelo Condephaat (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo), em 1982, em detrimento da Igreja Matriz.

Com o passar dos anos, as peregrinações ao local cresceram de tal maneira entre os paulistanos que, até meados do século XIX, as comemorações em homenagem à santa constituíam uma grande festa na cidade. Sempre no dia 8 de setembro, quando se comemora a natividade da santa, cortejos chegavam do centro da cidade pela Estrada da Penha (atuais Avenidas Rangel Pestana e Celso Garcia). A santa contava com tal devoção dos paulistanos que nos grandes surtos de cólera ou varíola do século XVII, a Câmara Municipal intervinha para levar a imagem à Sé com o intuito de fortalecer as rezas que pediam o fim da doença.

A partir da imagem da igreja, localizada no alto do outeiro, começaram a se traçar as ruas mais movimentadas da Penha. A capela definiu as duas principais vias públicas do bairro. A rua de baixo foi chamada simplesmente de Rua, depois de Rua Direita, Rua Campos Sales e hoje é a Avenida Penha de França.

À frente, a Rua do Meio, que hoje é a Comendador Cantinho. E a Rua de Cima é a atual João Ribeiro. O trajeto para se entrar ou atravessar o bairro continuava a ser pela Estrada da Penha. Durante muito tempo essa rota serviu não apenas a fiéis, viajantes e sertanistas, mas também para a circulação de mercadorias e de comércio de animais.

A privilegiada topografia da Penha teve parte importante na história e no desenvolvimento da economia. No início do século XX, o local era procurado por famílias endinheiradas em busca de ares mais saudáveis, recomendados

pelos médicos para a recuperação de doenças respiratórias. Alguns compravam chácaras na região e instalavam ali suas casas de veraneio; outros decidiram se mudar para o local.

Muitos trocaram suas mansões dos Campos Elíseos pela Penha, como Dona Carlota de Melo Azevedo, que possuía várias chácaras na região.

Também em razão de sua geografia, a Penha seria o local de pouso, em 1822, do então príncipe regente D. Pedro I, que vinha do Rio de Janeiro. Em 1886, foi a vez de D. Pedro II e a da imperatriz Teresa Cristina visitarem o bairro. Foram recepcionados pelas autoridades locais, pelo vigário da paróquia, padre Antônio Benedito de Camargo, pelo coronel Antônio Proost Rodovalho, fundador do Banco do Comércio, da Associação Comercial, Cia de papel e muito amigo do D. Pedro II, e professores e alunos da escola local.

O Conde D'Eu preferia pernoitar na Penha quando vinha para a metrópole paulista. Dizem que é porque a Penha era, também, um reduto de garotas de programa.

Nas imediações da igreja prosperaram desde cedo as lojas de artigos religiosos. A zona comercial circunscrevia as ruas da Penha (atual Penha de França), João Ribeiro e Praça 8 de Setembro. Depois de 1930, o comércio penhense incrementou-se rapidamente, transformando o bairro em importante núcleo comercial, servindo não só à sede do distrito como às vilas satélites.

Durante a Revolução de 1924, a Penha também teve um importante papel, pois foi nesse bairro que o presidente da província de São Paulo, Carlos de Campos, se refugiou. Nessa ocasião, a Penha foi capital do Estado por três meses, enquanto o exército legalista dava proteção ao presidente.

A Penha, até o início do século XX, não passava de um pequeno vilarejo com algumas chácaras. Com o processo de industrialização e urbanização da cidade, o bairro passou a receber parte da população operária, o que o caracterizou até meados da década de 1960 como um bairro estritamente "dormitório". Já nos anos 1970, apesar do deficiente saneamento básico, da precariedade dos sistemas de ensino, saúde e transporte e de apenas 40% das

ruas estarem asfaltadas, o comércio local começa a se desenvolver. A inauguração da estação Penha do metrô, em 1986, deu novo fôlego à modernização, propiciando o desenvolvimento de uma infraestrutura praticamente autossuficiente para região, que conta com muitos colégios públicos e particulares, um sistema de transporte considerável, hospitais, bibliotecas e etc.

O começo dos anos 1970 foi pródigo para a cultura do bairro. A Biblioteca Municipal Guilherme de Almeida, no largo do Rosário, com acervo de 37.600 livros, foi construída após um abaixo-assinado que reuniu 50 mil assinaturas. Ainda em 1970, o bairro ganhou a Casa de Cultura da Penha e o Teatro Martins Pena.

Na década de 1980, as transformações ocorreram principalmente na área imobiliária. O bairro começou a se verticalizar, com o surgimento de muitos prédios residenciais e comerciais, além de condomínios fechados. A paisagem da Penha chegou modificada nos anos 1990. O outeiro, antes marco indiscutível na topografia, começou a ser escondido pelos prédios.

Hoje, o bairro residencial transformou-se também em um centro comercial para zona leste da cidade, possuindo, além das já tradicionais lojas de rua, o Mercado Municipal, um shopping center inaugurado em 1992 e muitos vendedores ambulantes. A Penha, entretanto, guarda ainda vários monumentos de sua história: igrejas, a ladeira da Penha, o prédio onde funcionava o cinema São Geraldo, o Conservatório João Paulo 2º, ruas e praças que levam nomes de personagens importantes do bairro como Maria Carlota - moradora que muito investiu no bairro nos seus primórdios - e Dona Micaela - famosa negra vendedora de doces da virada do século.

Esta é a breve história do bairro da Penha, localizado na zona leste da cidade de São Paulo, contada de acordo com dados reunidos por José Francisco Folco, engenheiro elétrico de formação e atualmente curador e um dos responsáveis pelo trabalho desenvolvido pelo Memorial Penha de França,

cuja sede localiza-se na Rua Betari, 560, em um antigo casarão da família Folco.

É essa história que o Memorial procura manter viva, por meio da reunião de fotos, depoimentos, artigos de jornal, mapas, documentos.

Iniciado em 2004, o grupo, hoje formado por um Conselho Curatorial, era inicialmente um fórum de discussão que existia, desde 2002, dentro da Casa de Cultura da Penha sobre a preservação do patrimônio do bairro. O trabalho desenvolvido hoje é voluntário, sem nenhum vínculo com partidos, ONGs e não recebe ajuda de ninguém.

Segundo Folco, a motivação do grupo vai além da proteção do patrimônio histórico. É a preservação de uma qualidade de vida:

*Essas configurações urbanas antigas como é na Penha, com o centrinho, a vielinha, a pracinha, é uma configuração ainda colonial que faz com que a gente tenha uma qualidade de vida bem tradicional. Se anda muito a pé aqui. Em 10 minutos eu estou no shopping, em 20 eu estou no clube, no meio da mata, no rio Tietê... o comércio é perto, o metrô é perto, as escolas e o movimento dos estudantes pelas ruas ainda é aquela coisa bem de comunidade. Se eu saio daqui para tomar um café, comprar alguma coisa, eu volto duas horas depois porque você sempre acaba encontrando um, outro e a gente não quer perder isso. Aqui eu não vou no açougue, eu vou no Rubens. Não vou no mercado, vou no Chico. Não vou na lavanderia, vou no Fernando. A configuração urbana ajuda a aproximar as pessoas.*

Em relação à verticalização do bairro, Folco é categórico:

*Aqui não tem essa coisa do novo rico. O penhense é de família tradicional, que não precisa ostentar nada. Aqui na Penha tem uns quatro edifícios de alto padrão, alto mesmo, um apartamento por andar, quase dois mil reais o condomínio e ninguém sabe. Foram construídos pelos próprios moradores que buscavam uma moradia de alto padrão e não tinha essa oferta na Penha, então construíram. Mas o que assusta a gente é a verticalização, a invasão. Aquela pessoa que só vai sair de carro e começa a questionar as coisas, a querer derrubar as coisas porque o bairro é antigo, atrasado. Hoje você vai num bairro novo, seja rico ou pobre, você tem uma avenida larga, com duas pistas, com barulho; o comércio e a igreja não ficam mais na praça, tem as travessas dessa avenida larga, onde as pessoas moram em edifícios verticalizados. Todo o comércio*

*que tem nessa avenida larga tem que ter entrada pro carro na frente e a gente não quer isso pra Penha.*

Na sede do Memorial, há uma sala de visitação cujas paredes abrigam vários painéis com fotos de todas as fases do bairro: desde gravuras feitas por viajantes que ali passaram na época dos tropeiros, imagens de todas as construções que já existiram (escolas, cinemas, comércio, casas) e hoje, demolidas em sua grande maioria, deram lugar a outros tipos de instalações, até moradores tradicionais, cujas famílias habitam o bairro há muitas gerações. Todo esse material foi reunido graças à colaboração de antigos moradores que doaram as fotos ao Memorial.

Outra ação do Memorial é gravar o depoimento dos moradores mais antigos da Penha sobre como era a vida no bairro há algumas décadas. Há 12 anos, um grupo de senhoras se reúne no salão da Basílica de Nossa Senhora da Penha para discutir assuntos relacionados à paróquia e participar de atividades sociais e culturais, como teatro, música, bingo, concursos, passeios. É o Grupo Raio de Sol. O Memorial eventualmente participa de alguns encontros e registra, com o auxílio dos alunos do curso de Turismo da Etec Aprígio Gonzaga, as lembranças destas senhoras sobre os mais variados assuntos. Elas se divertem ao lembrar como era ser criança antigamente, os lugares em que brincavam, como lidavam com o lixo, como compravam os alimentos, como era a vida nas escolas da região, como era namorar, entre outros temas.

Todo este material está registrado e guardado, mas Folco ainda não sabe o que fazer.

O Memorial promove ainda passeios e oficinas fotográficas pelo bairro com o intuito de incentivar o registro por meio de imagens e apresentar a história do local aos visitantes.

Ainda dentro dessa ideia de manter as tradições do bairro, impossível não perguntar sobre o impacto da verticalização. Folco diz que, perto de outros bairros, a Penha não é tão assediada, mas as propostas sempre visam o centro histórico.

*A especulação não é violenta, é até problemático isso. A população da Penha está diminuindo, as pessoas estão saindo daqui, indo para apartamentos por aí porque não tem oferta aqui por causa do Plano Diretor. Não somos contra a verticalização e ela é até bem-vinda, mas não aqui no centro histórico. Se for naqueles matões ali do outro lado do metrô, perto da Avenida Carvalho Pinto, da Marginal, tudo bem, tem espaço para construir e é melhor isso que favela ou um lugar abandonado e feio. Agora a gente tem que ficar de olho porque os empreendedores querem o melhor lugar para ficar mais valorizado. Eles querem o filé mignon e não tem o menor escrúpulo em derrubar. Fora que não existe planejamento. Não somos contra a verticalização nem contra o progresso, mas a gente entende o progresso como aquilo que possa melhorar a vida das pessoas. Quando a gente toma depoimento de moradores antigos, a gente percebe que progresso pra eles é melhoria da condução, chegar internet, tv a cabo. Agora tentam vender para gente que progresso é verticalização? Ora, a verticalização traz o quê? Vai piorar minha qualidade vida, vai entupir a minha rua, vai entupir meu esgoto, vai trazer vizinhos que não têm ligação afetiva com o lugar... isso não é progresso. Eles tentam vender essa ideia e muitas vezes a gente é visto como um bairro que não vai progredir porque somos muito retrógrados. Nós não somos contra o progresso, desde que seja progresso mesmo, não essa ideia de progresso. A gente costuma dizer que quem constrói esses prédios não mora neles. Eles fazem isso pros trouxas que precisam comprar, mas eles não moram neles. Quem ganha dinheiro com isso vai morar num condomínio horizontal fora de São Paulo.*

O grupo teve participação ainda no processo de tombamento de alguns bens, como a Igreja de Nossa Senhora do Rosário e, mais recentemente, no Seminário Penha de França.

*A gente conseguiu uma luta aqui com o Seminário da Penha, que queriam demolir para fazer duas torres residencias. A construtora é a mesma que está fazendo a construção da catedral do Padre Marcelo. Tenho a impressão que era alguma permuta com a Igreja. Quando descobrimos, fomos lá no Conpresp. A princípio eles autorizaram a demolição, mas a gente viu lá uma corrupção, não do Conpresp, mas de um vereador. Aí o Conpresp liberou a demolição desde que eles fizessem um prédio obedecendo o gabarito atual do seminário. Um grupo de moradores entrou no Ministério Público e agora a obra está paralisada. Eu não fui nesse caso a fundo porque tinha política envolvida e o padre está louco da vida que a obra parou. Mas nem posso culpar o Calazans [padre] porque a Igreja tem uma hierarquia muito forte. Ele queria que derrubasse porque foi essa a orientação do bispo. E conseguimos parar isso. O Seminário da Penha era um dos mais importantes do Brasil. Quando o papa vem para São*

*Paulo, esse, estivesse funcionando, seria o melhor lugar para recebê-lo, pela possibilidade do conforto, do espaço. Quem conheceu esse seminário diz que é uma coisa extraordinária, muito mármore. Mas é uma coisa cultural. Se esse imóvel estivesse na Europa, ele seria o condomínio e seria super chique morar ali. Eles adaptariam a parte de dentro pra fazer uns apartamentos de alto padrão, seria hipervalorizada, mas a mentalidade não é essa. As pessoas querem torre, com pé direito baixo, parede de gesso.*

## **VILA POMPEIA**

Antonietta De Fina Lima e Silva, advogada de 75 anos, é presidente da Associação Amigos da Vila Pompeia, bairro localizado na zona oeste de São Paulo, à Rua Caraibas.

Lima e Silva diz que começou a se preocupar em alastrar a história do bairro e a propor melhorias, como a construção de uma área verde e a canalização do córrego da Água Preta, em promessa ao pai, italiano, que, por trabalhar para o conde Francisco Matarazzo auxiliando os imigrantes, como ele, a se estabelecerem na região, acabou ajudando também no desenvolvimento da região.

A importância histórica do bairro, conhecido hoje como Vila Pompeia, está diretamente relacionada à imigração italiana e ao período de industrialização, quando Matarazzo instala as Fábricas Reunidas próximo a onde existe o Parque Antártica. Segundo a entrevistada, o industrial investiu na construção de casas para todos os funcionários que trabalhavam em suas empresas.

Mas antes de ser Vila Pompeia, o terreno do futuro bairro pertencia a Virgílio Goulart Penteado e era chamado de Chácara Bananal. A propriedade era definida pelos córregos da Água Branca e da Água Preta. Em 1889, Penteado vende suas terras.

Na virada do século XIX para o XX, a cidade ainda ocupada por chácaras e sítios começa a se urbanizar e a buscar a ocupação de novas áreas

residenciais. É nesse momento que muitas empresas se organizam para adquirir estes grandes terrenos visando a implantação de novos loteamentos. Nesse contexto é fundada, em 1910, a Companhia Urbana Predial, cujo objetivo era a aquisição de terrenos dentro da zona urbana, divisão em lotes e a revenda. Três meses após o surgimento da Urbana Predial, o terreno da Vila Pompeia foi comprado e loteado, em janeiro de 1911.

A planta do terreno loteado indica que a vila era composta por 8 ruas, paralelas à Avenida Pompeia, e 9 travessas. Ao todo, 76 quadras.

A primeira venda neste terreno efetuada pela Companhia Predial foi para a empresa Economisadora Paulista, Caixa Internacional de Pensões Vitalícias Sociedade Anônima, em setembro de 1911. A Economisadora atuava na construção de vilas operárias para atender à demanda de imóveis destinados ao contingente de trabalhadores, especialmente imigrantes, que procurava se estabelecer na cidade.

Perto dali estava instalada a Cia. Antártica de Bebidas, entre a Avenida Água Branca e a ferrovia da estrada de ferro Sorocabana e a São Paulo Railway.

Foi justamente em 1911 que nasce o conglomerado Indústrias Reunidas Francesco Matarazzo S/A. O lugar escolhido para instalar o complexo industrial foi justamente entre os dois córregos, da Água Branca e Água Preta, e com comunicação para as ferrovias Sorocabana e SP Railway. Da área original, um terreno com pouco mais de 100 mil metros quadrados poderia suprir as necessidades do empreendimento: topografia plana e localização estratégica.

As primeiras fábricas ali montadas foram as de sabão, velas, glicerina e pregos. Matarazzo também providenciou a criação de uma estação de trem no local, a Estação Matarazzo, para transporte de mercadorias e favorecimento da locomoção dos trabalhadores.

Em 1920, Matarazzo compra mais terras com a ideia de transferir as fábricas da Mooca e de São Caetano do Sul para a Vila Pompeia. Nessa altura, as indústrias já produziam graxa, óleo, tintas, vernizes, sabonetes.

Com a instalação das IRFM na várzea da Água Branca, houve necessidade de moradias para os trabalhadores. Surgiram as casas de ponta de guarda-chuva, cujas plantas eram desenhadas no próprio solo com a ponta de um guarda-chuva. Tais casas foram construídas nas atuais Ruas Diana, Turiassu e Caraíbas, em sobradinhos geminados que deram origem às vilas operárias.

Assim surge a Vila Pompeia, que conseguiu reunir em seu terreno várias moradias para os trabalhadores que começavam a se destacar e a receber melhores salários. Na Avenida Pompeia, por exemplo, foram erguidos casarões que imitavam as mansões da Paulista, abrigando a classe média alta do bairro.

Hoje a Pompeia deixou de ser vila. É um bairro residencial, de descendentes de imigrantes italianos, portugueses, sírios e espanhóis, com cultura, alimentação e costumes diferenciados.

Todas estas informações foram retiradas do livro *Raízes da Pompeia*, escrito por Lima e Silva em razão do centenário do bairro. A obra, além de trazer todo o histórico do bairro, também mapeia o que sobrou das vilas operárias. No total, são 69 conjuntos que, mesmo transformados, ainda indicam como eram as vilas operárias antigamente.

Hoje, a Associação Amigos de Vila Pompeia, fundada na década de 1960 sem fins lucrativos ou políticos, trabalha para melhorar o meio ambiente do bairro e luta para que a Operação Água Branca respeite a lei que a criou e canalize o córrego da Água Preta devidamente para que o problema das enchentes acabe de vez.

“A industrialização transformou a região da Vila Pompeia, que antes era um charco. Mas o problema das inundações continua até hoje”, diz a presidente da Associação.

O grupo também promove debates, aciona secretários municipais e até o Ministério Público para atuar em diferentes ações, como regularizar a ocupação do vale e acabar com as inundações de praças e casas localizadas à margem do córrego da Água Preta. Luta também contra a invasão dos prédios,

pela arborização do bairro, contra a falta de luz nas ruas, pelo saneamento e por medidas na região que engloba o clube do Palmeiras.

*Estas são algumas das atividades que a Associação realiza e algumas das dificuldades que enfrenta diariamente, de forma anônima e gratuita, apenas exercendo a função de cidadania em grupo, em benefício do nosso bairro. Com ações como estas, a Associação cumpre com seus compromissos junto à população, de lutar para que o bairro possa crescer de forma mais digna e saudável, apesar dos muitos problemas.*

Nas últimas décadas, a Pompeia tem atraído inúmeras construções de alto padrão, destinadas a moradia e a escritórios, mas o problema da enchente é a principal bandeira de Lima e Silva:

*Iniciativas como esta têm motivado a designação do lugar no meio imobiliário como sendo a Nova Perdizes, mas a Pompeia do passado continua viva nas vilas, na presença intensa de descendentes de italianos, nas marcas das antigas indústrias, no carinho de seus moradores pelo bairro. Junto a essa Pompeia do início do século passado surge a Pompeia de hoje, de alto padrão residencial, de salas de teatro, comércio de qualidade e prédios que invadem as ruas. Mas existe ainda uma outra Pompeia, a Pompeia da várzea, conhecida como Pompeia de baixo. Ali, o comércio continua fraco e não há indústria devido às enchentes do Córrego da Água Preta, que inunda o largo da Pompeia, as ruas Turiassu, Barão do Bananal, Venâncio Ayres, entre outras.*

Outra luta é em relação às áreas verdes. O bairro conquistou muitas melhorias com o passar dos anos, suas ruas são asfaltadas, há transporte coletivo para atender às necessidades de locomoção, mas em meio a tantas construções, existem apenas quatro praças para oferecer um pouco de alívio no meio de tantos edifícios e trânsito. A arborização também é pequena nas 44 ruas que compõem o bairro.

O *boom* imobiliário, que já acontecia nos bairros vizinhos, chegou à Pompeia, local considerado até então calmo devido às pequenas vilas e sobradinhos. O excesso de construções de torres residenciais e comerciais, de calçadas e áreas cimentadas afeta a absorção das águas da chuva pelo lençol freático. Apesar destas questões ambientais serem frequentemente discutidas,

os edifícios são construídos apenas com a simples aprovação da planta sem se levar em conta os efeitos de uma nova construção.

*Para que a Pompeia sobreviva como local agradável para se viver, é preciso não só de investimentos na infraestrutura, mas também que os jovens se empenhem nessa luta. Nós, moradores antigos, conhecemos a história do bairro ao longo do século e estamos deixando nossa luta registrada para que nas próximas décadas a Pompeia continue sendo um bairro residencial e tranquilo. O aumento ou redução dos problemas depende da ação de cada um e da união de todos.*

## **PACAEMBU**

A Viva Pacaembu é uma associação fundada no ano de 2001 com o propósito de defender o bairro, que é tombado em âmbito municipal (Conpresp) e estadual (Condephaat) e estritamente residencial.

Segundo Rodrigo Mauro, presidente da Viva Pacaembu desde o início deste ano, o bairro surgiu no ano de 1925 por iniciativa da Companhia City, ou City of São Paulo Improvements and Freehold Land Company Limited, que a partir de 1912 passou a adquirir loteamentos na cidade de São Paulo e planejar novos bairros de acordo com o conceito de bairro-jardim. Por ter uma topografia muito acidentada, o processo de loteamento do Pacaembu ficou prejudicado e a empresa deixou o projeto parado por 12 anos até que houvesse um Plano Diretor para o local.

Ao lotear, a Companhia City seguiu as curvas de nível das ruas. A sinuosidade é, segundo Mauro, uma característica marcante no bairro até hoje. “Acaba não tendo muita circulação de carro dentro do bairro porque as pessoas saem das grandes avenidas e voltam pra elas. Só as pessoas que moram no bairro é que conhecem os atalhos. O Pacaembu não é como o Jardim América, Moema ou Perdizes que são bairros esquadrihados.”

No ano de 1985, o bairro do Jardins (formado pelo Jardim América, Jardim Paulistano e Jardim Europa) foi tombado pelo Conpresp e pelo Condephaat por ter essa característica de ser um bairro *city*. Em 1991, o Pacaembu seguiu a mesma onda e também por esses dois órgãos. Outros

bairros que também são *city* chegaram a ser tombados, como Sumaré e Alto da Lapa, mas em âmbito municipal (Conpresp).

De acordo com o Plano Diretor da cidade de São Paulo, o bairro do Pacaembu é, quase que na sua totalidade, uma ZER, ou seja, Zona Estritamente Residencial. Apenas dois trechos são considerados ZCLs, isto é, Zonas de Centralidade Linear, e possibilitam a existência de comércios e serviços.

*A Viva Pacaembu surge então em vista da deterioração do bairro provocada por pessoas que querem comer pelas beiradas. E aqui não falo do mercado imobiliário apenas, falo de pessoas que têm os seus comércios nas ruas periféricas e querem ter seus comércios dentro das ZERs, querem ter seus escritórios dentro de uma rua arborizada e tranquila. Ainda hoje existem uns escritórios irregulares. Se começar a ter muito comércio, muito serviço fica incontrolável, porque a Prefeitura não consegue fiscalizar e o bairro vai virar decadente. Pensando nisso é que a Viva Pacaembu foi fundada e de lá pra cá temos conseguido algumas conquistas e lutado para manter a ZER em 90% do bairro, com residências unifamiliares, e manter as ZCLs em 5% até 10% das ruas do bairro que são corredores, onde eu posso ter algum tipo de serviço, farmácia, posto de gasolina, como é o caso da Avenida Pacaembu. Lutamos pela lei. Se um dia surgir uma lei que mude a característica do bairro, nós vamos lutar para que isso não aconteça, mas se for aprovada, nós vamos a favor da lei custe o que custar. Seja difícil de implementar, seja fácil, seja problemática, a favor de uma minoria, de uma maioria, o importante é o seu cumprimento.*

Há algum tempo, em 2008, saiu na imprensa a notícia de uma resolução assinada pelo então secretário estadual da Cultura, João Sayad, que mudou o tombamento histórico do Pacaembu, permitindo que os lotes do bairro com área maior ou igual a 900 metros quadrados poderão ser “desdobrados, desmembrados e lembrados”. O Condephaat, órgão da Secretaria Estadual de Cultura, ficaria responsável por autorizar os desmembramentos. Isso foi entendido como uma brecha para que o mercado imobiliário pudesse comprar vários lotes e construir vilas ou mesmo condomínios fechados, alterando o traçado urbanístico que é mantido desde a década de 1920.

Segundo a reportagem, até a publicação dessa resolução era impossível mexer na metragem dos lotes por causa de uma deliberação de tombamento de 1991, o que fez com que dezenas de terrenos gigantescos ficassem à venda por anos, sem compradores interessados.

Na época, o então presidente da Viva Pacaembu se posicionou frontalmente contrário à resolução. “Mais do que choque, entramos em estado de coma com essa notícia. É o primeiro passo para descaracterizar o bairro, isso é absurdo, extremamente grave. Vão fazer até condomínio fechado com essa nova lei. Ainda não consegui entender como um secretário dá uma canetada para atender ao interesse de algumas pessoas e acaba com algo que é histórico para a cidade”, falou o presidente à época.

Para Mauro, essa nova resolução não descaracteriza o bairro:

*A média do lote do Pacaembu é de 450 metros quadrados. O menor lote no Pacaembu é de 350. Esses lotes de 900 metros quadrados são raros e podem ser fracionados e transformados em dois de 450. Isso está previsto na lei de tombamento e a gente continua apoiando isso. 450 é o padrão do bairro. O que não pode é mudar o padrão e aparecer um lote de 100 ou de 1000. Mas desta forma, visualmente e urbanisticamente você não descaracteriza o bairro.*

Uma das lutas da associação hoje é em relação à revisão do Plano Diretor. A Associação Viva Pacaembu defende nas reuniões em que participa a atual disposição do bairro:

*No antigo Plano Diretor, a Avenida Pacaembu só podia serviço. Aí os donos de loja de colchão, de farmácia vieram nos procurar, oito anos atrás, e fizemos um acordo de convivência especificamente para esta via, da General Olímpio da Silveira até a praça Charles Miller, excluindo a praça. Então, esse pedaço da Avenida Pacaembu ficou chamada de ZCL1 e permitem além de serviços, alguns tipos de comércio como loja de colchão, showroom de carro, farmácia. Ela pode ir um pouquinho além que as outras ruas. Hoje, na revisão do Plano Diretor, a gente luta por manter ZCL1 para Avenida Pacaembu e ZCL2 para a Almirante Pereira Guimarães, Charles Miller, os dois trechos finais da Cardoso de Almeida, Tácito de Almeida...*

A estrutura da Viva Pacaembu hoje é de 10 pessoas na Diretoria (formada por presidente, vice-presidente, secretário, tesoureiro e outros seis diretores nas áreas de urbanismo, comunicação, jurídica, meio ambiente,

eventos e representante de rua), 15 no Conselho Deliberativo e 3 no Conselho Fiscal. Por estatuto, o grupo deve se reunir periodicamente (no caso, toda primeira segunda-feira de cada mês) com a comunidade. Estas reuniões são geralmente temáticas. A cada mês vem um palestrante diferente falar de um tema específico.

*Em janeiro eu trouxe o subprefeito da Lapa/Sé; em fevereiro, um pessoal do meio ambiente; em março, uma pessoa para falar de Plano Diretor; em abril, um da PM; em maio, um da CET... cada mês a gente leva um convidado e aborda um tema. É muito interessante porque não são os mesmos moradores que comparecem e acaba tendo uma diferenciação de frequentadores.*

Por esta dinâmica de trabalho, os moradores encontram um canal para reclamar de problemas em relação à poda de árvores, ao uso e ocupação do solo, à iluminação pública, à falta de luz constante no bairro, problemas com concessionárias que, por exemplo, quebram as ruas de paralelepípedo para fazer alguma manutenção e fecham o buraco com asfalto. A Viva Pacaembu pega todas essas ocorrências, abre um chamado na Subprefeitura da Lapa ou da Sé (o bairro é gerido pelas duas) via o SAC da Prefeitura e acompanha.

*Posso dizer que nossos maiores problemas são em relação à poda de árvores bicentenárias, plantadas erroneamente, e problemas com obras irregulares. Nós trabalhamos com denúncias, não tenho pessoal para fiscalizar as 2.800 residências do bairro do Pacaembu. Então se um vizinho vê outro que construiu irregularmente ou colocou um escritório de advocacia onde não deve, ele liga para a gente e a gente vai atrás. Quando as denúncias chegam, nós vamos atrás da Subprefeitura. Minha diretora de urbanismo é quem controla todos os chamados abertos no site da Prefeitura.*

O bairro do Pacaembu possui alguns imóveis tombados, como o próprio estádio, parte do Asilo Sampaio Viana, a casa modernista de Gregori Warchavchick, casa da família Buarque de Holanda e casa Guilherme de Almeida.

Quando questionado sobre a atuação do grupo em preservar outras construções arquitetônicas residenciais notadamente de estilo neocolonial, Mauro responde que a associação não tem nenhum trabalho do gênero.

*Primeiramente, do ponto urbanístico, é uma pena quando essas casas são demolidas, porque você perde essa história de São Paulo. Mas, por outro lado, se a casa não é tombada e permite que seja descaracterizada, a Viva Pacaembu não vai se meter. É bom entender que o bairro é que é tombado, não as casas do bairro. É tombado o traçado das ruas, as calçadas, as árvores, o paralelepípedo ainda existente, o projeto urbanístico e a vegetação do bairro. Não as casas. Nos casos de imóveis já tombados, aí sim a gente vai contra qualquer tipo de descaracterização porque vai contra a lei. Agora um casarão do século XX é uma pena e tal, mas a pessoa pode entrar com alvará de demolição, alvará de pequenas reformas ou de reforma nova.*

## **MOOCA**

No dia 17 de agosto, o paulistano bairro da Mooca completou 457 anos. Tão centenário quanto a própria cidade que o abriga, com seus 459 anos, o bairro “por onde quer que se vá, cada pedrinha que você chuta tem uma história”, como diz Pedro Perduca, 1º secretário da Associação dos Moradores e Amigos da Mooca – Amo a Mooca.

Fundada em 2001 por uma iniciativa dele e de mais uma mãe de aluno do tradicional colégio Externato São Rafael, dirigido por Crescenza Giannoccaro, ou dona Zina, como é conhecida no bairro e que hoje preside a entidade, a Amo a Mooca tem como finalidade preservar, valorizar e divulgar a história, a cultura, a arte, o esporte e a arquitetura do bairro da Mooca.

*Uma associação tem credibilidade dependendo de quem chefia e eu sou da época que quem tem credibilidade é o professor. Em 1998 eu deixei um bilhete para a Zina perguntando quando o Externato abriria as portas para criar uma entidade. Quando você quiser, ela disse. Começamos a conversar e isso foi crescendo, crescendo, até que algo de positivo começou a ser feito.*

Por existir quase que concomitantemente à cidade de São Paulo, é de se esperar que o bairro de fato tenha tido uma participação histórica maior. Perduca pontua alguns pontos importantes: a Mooca fazia parte da Rota Peabiru, caminho utilizado pelos povos sul-americanos antes de o Brasil ser colonizado pelos europeus, que ligava a então Capitania de São Vicente à cidade de Cusco, no Peru. “Essa trilha passava pelo centro da cidade, descia

onde hoje é a Tabatinguera, Rua da Mooca, Oratório, Estrada de Vila Ema, Sapopemba. Estas estradas já estavam abertas quando os bandeirantes chegaram, fundaram a cidade, etc. Daí vem a origem do nome Mooca, que quer dizer *moo*, fazer e *oca*, casa”, explica Perduca.

Outro ponto citado é a importância geográfica do local na construção de um trecho da estrada de ferro SP Railway e a imigração italiana. “A associação surge fundamentalmente para preservar a história e a cultura, porque sem conhecimento você não tem qualidade de vida”, diz Perduca.

Ele possui um acervo de fotografias recolhidas entre antigos moradores do bairro, além de mais de 60 vídeos com entrevistas feitas com os habitantes sobre as histórias da região.

O representante da Amo a Mooca cita ainda o apoio da entidade no processo de tombamento dos antigos Cotonifício Crespi e Moinhos Minetti & Gamba, duas importantes construções que ainda permanecem no bairro. A primeira, fundada pelo conde italiano Rodolfo Crespi em 1897, foi o primeiro estabelecimento brasileiro de fiação industrial de algodão em grande escala. Representa a história da industrialização e de suas relações de trabalho na cidade de São Paulo por ter sido palco do estopim das greves de 1917.

Já a segunda construção era um complexo industrial, aos pés dos trilhos da SP Railway, que processava farinha, beneficiava arroz e armazenava o produto final. Mais tarde, atuou na produção de sabão e de óleo vegetal.

Segundo a presidente da associação, no primeiro caso, a participação da Amo a Mooca foi no sentido de, junto ao herdeiro da família Crespi, negociar com a rede de hipermercado que ali se instalou como seria o processo de reforma, que ainda hoje é marcado por polêmicas já que não foram respeitadas as características históricas, estéticas e memoriais do prédio. A estrutura foi toda descaracterizada, apenas a fachada foi mantida, boa parte do conjunto industrial foi demolido para ser transformada em estacionamento<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> CANTARINO, Utilidade venceu valor histórico. In: <  
<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=169>>. Acessado em 14/0/13.

No caso das instalações do Moinho Minetti & Gamba, estava prevista sua demolição e a construção de três torres residenciais no local. Foram colhidas então 8 mil assinaturas contrárias à demolição e entregues ao Departamento de Patrimônio Histórico.

Apesar de todos os anos da existência do bairro, os dois representantes da Amo a Mooca sabem que muito se perdeu e que com o processo de especulação imobiliária isso tende a piorar.

*A rica história da Mooca está se perdendo aos poucos. Não tem um lugar que você diga, estou preservando a história. A revolução de 1924, a greve de 1917, os movimentos operários, casas construídas em sistema de mutirão... toda essa história está indo aos poucos. O prédio da Antártica, por exemplo, era um mico na mão da Ambev e eles venderam a preço de banana. Esta construção está programada para cair sozinha. O mooquense poderia ter tido a oportunidade de guardar tudo que ele teve de importante e não o fez. Outro exemplo, você sabia que nós tivemos aqui no bairro, na Avenida Borges de Figueiredo, um lugar chamado posto zootécnico, que foi transferido para o Parque da Água Branca e depois para Nova Odessa? Em 2005 eles completaram 100 anos e uma pesquisadora de lá me disse que esteve na Mooca para achar algum vestígio desse período e não encontrou um sinal de que aquilo tivesse existido e preservado na Mooca. Essa história existe. Mas quem conta?*

Apesar dessa consciência expressa na entrevista dos dois representantes, o forte da atuação do grupo está nas atividades realizadas no espaço cultural da associação, como aulas de dança, idiomas, pilates, coral, palestras e organização das festividades de aniversário do bairro.

## **ITAIM BIBI**

Helcias Bernardo de Pádua, co-fundador da Associação Grupo Memórias do Itaim Bibi, mudou-se para o bairro em 1946, quando tinha apenas 1 ano de idade. Mudou-se da Vila Itororó, no Bexiga, onde nasceu, para uma pequena casa à beira de um córrego do Itaim-Bibi, quando a região era ainda

uma área alagadiça e rural. Hoje, ele é responsável por defender e difundir a memória do bairro.

Pádua explica que em 2006 uma bibliotecária o alertou sobre um decreto municipal assinado pelo ex-prefeito Celso Pitta que determinava que todas as bibliotecas deveriam ter um grupo de memórias no sentido de aglutinar moradores, recolher e preservar o material e depositá-lo no acervo da biblioteca.

Ele diz:

*Como eu estou há 68 anos aqui e conheço bem o bairro, ela perguntou se eu não queria montar esse grupo. Eu nem sabia o que era. Aí, pesquisando, eu vi que em Sorocaba tinha um grupo assim e eu fui até lá. Eles tinham uma sala na Prefeitura e eu conversei com o rapaz de lá sobre as dificuldades. Ele falou que, no começo, ele e a mãe faziam reuniões na sala de casa com uma garrafa de café e não vinha ninguém. Mas depois foi crescendo e hoje eles são consultados em toda modificação de patrimônio. Depois eu soube de uma biblioteca em Pinheiros, na Pedroso de Moraes, que tinha uma Estação Memória. Quem tomava conta era uma bibliotecária, mas quem começou foi um professor de história.*

Com o tempo, Pádua começou a fazer contato no bairro; se aproximou, por exemplo, de Dona Guiomar da Conceição Schilaro, uma senhora de 90 anos que guarda absolutamente tudo que é publicado na imprensa sobre o Itaim Bibi. A partir destes contatos, em 2006, o grupo começou a se reunir no interior da Biblioteca Municipal Infantil Anne Frank.

*De 2006 para cá fomos guardando coisas. Isso fez com que a gente seguisse todo o movimento urbanístico do Itaim, que sofreu, e sofre, uma alteração social, urbana e econômica muito grande desde 1960, quando foram canalizados os córregos da região. Além disso, muitas pessoas de fora vêm para o Itaim, mas não para ficar, elas moram por pouco tempo. Eu costumo dizer que o Itaim tem poucos moradores, mas tem muito residente. O sujeito vem aqui, trabalha nestas grandes firmas, quer morar perto, trabalha por 3, 4 anos, porque agora é isso, não pode ficar mais que isso num lugar, depois vai embora, Essas pessoas que moram nesses prédios são pessoas que têm dinheiro. Moram no bairro, mas não participam das ações do bairro. Você acha que o filho do Abílio Diniz vai sair em passeata pelo bairro? Ele tem o apartamento*

*dele e não está nem aí. Mas mesmo assim tem pessoas que se interessam pela história do bairro. A Eva Wilma mora aqui do lado, se mudou quando casou com o Carlos Zara e participa do grupo, do movimento. Ela é ativa, fala.*

Além do recolhimento de fotos, fatos, depoimentos dos moradores e gravações em vídeo e áudio, o grupo tenta sensibilizar e mobilizar as pessoas a conhecerem a história do bairro e a se posicionarem em relação às lutas na defesa do patrimônio.

Um dos casos mais emblemáticos, que tomou lugar em toda imprensa, foi a luta contra a venda, por iniciativa da Prefeitura – comandada então por Gilberto Kassab - do Quarteirão da Cultura, situado entre as Ruas Cojuba, Lopes Neto, Salvador Cardoso e Avenida Horácio Lafer, ao setor imobiliário. O quarteirão, com área de 20 mil metros quadrados, é um terreno municipal que concentra praticamente todos os serviços públicos da região, abrigando oito equipamentos públicos: a Biblioteca Pública Anne Frank, a EMEI - Escola Infantil Tide Setúbal, a creche Santa Teresa de Jesus, a Unidade Básica de Saúde José de Barros Magaldi, a Escola Estadual - Escola de Tempo Integral Prof. Ceciliano José Ennes, a APAE - Escola Zequinha, o Centro de Atenção Psicossocial 24 horas e o Teatro Décio de Almeida Prado. Circulam pelo quarteirão cerca de 2 mil pessoas diariamente, crianças, portadores de necessidades especiais, estudantes, pessoas em busca de atendimento médico e psicológico, usuários da biblioteca.

A Prefeitura de São Paulo afirmava que pretendia, com o dinheiro da venda, construir 200 creches. Mas por meio da mobilização popular, foi aberto processo de estudo de tombamento no Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Histórico (Condephaat) como forma de proteger o terreno. Agora o grupo aguarda votação dos conselheiros.

*Eu conheço esse quarteirão desde os meus 4 anos de idade. Aqui era o Parque Infantil do Itaim. Tinha campo de futebol, horta, ensinavam a gente a trabalhar na horta, árvores frutíferas e tinha uma biblioteca, onde fica hoje a creche. Essa foi a primeira biblioteca infantil fora do centro de São Paulo. Depois da Monteiro Lobato, lá no centro, veio essa. E nessa casinha aí morou o Bibi, o Leopoldo Couto de Magalhães Jr. com toda a família. Então esse quarteirão tem um valor histórico muito grande para nós e o Kassab queria vender isso*

*aqui. Isso sem falar no valor social, na prestação de saúde que acontece aqui. Os frequentadores das escolas são filhos de funcionários que trabalham pela região, filhos de zeladores, faxineiros, balconista de loja e restaurante. As mães nos apoiaram. Tudo isso faz parte do grupo de memórias.*

*A primeira coisa que fizemos foi estudar o quarteirão, para entender pelo que brigávamos. Fizemos o levantamento histórico com a ajuda de moradores historiadores, tivemos a ajuda do SP Preserva e a assistência jurídica de outra moradora advogada. Por isso que deu certo. Todo nosso movimento aqui foi pacífico. E a gente fazia panfletagem, coloca no jornal, pedia apoio. Quem ajudou muito foi a Eva Wilma.*

Outra iniciativa do Grupo de Memórias foi em relação à reconstrução da Casa Bandeirista. O imóvel foi tombado em 1982 pelo Condephaat, mas estava praticamente em ruínas quando os trabalhos de recuperação foram iniciados em 2007.

No início do século passado o imóvel passou a ser ocupado por uma clínica psiquiátrica, até que em 1978 foi adquirido pelo investidor Naji Nahas, que utilizou o local como estacionamento enquanto a casa de taipa de pilão, abandonada e destelhada, sofria com a ação das chuvas.

A resolução do tombamento determinou que a preservação da casa e de 300 metros do seu entorno seria da responsabilidade do proprietário, atualmente o Grupo Victor Malzoni, e a realização do projeto deveria seguir a mesma proposta adotada para a Casa das Rosas, na avenida Paulista, com a construção contemporânea compartilhando o terreno com o antigo imóvel.

Hoje, entre a Avenida Brigadeiro Faria Lima e a Rua Joaquim Floriano, existe uma megaconstrução envidraçada e, embaixo, a casa sertanista, cuja destinação ainda não está definida.

*Quando começamos a trabalhar na Casa Bandeirista, tinha só uns pedacinhos de parede, feita de taipa de pilão. Aí começamos um movimento. Conversamos com a Brookfield, que era a proprietária de então do terreno, eles aceitaram a proposta e começaram a reconstruir. Eles foram obrigados pelo lphan a reconstruir a casa, senão não poderiam construir aquele prédio horrível lá. A casa tá fechada, mas tá prontinha. A ideia é que ela fosse vinculada à Secretaria de Cultura do*

*Município, mas quando a Brookfield terminou de construir o prédio, eles venderam pro Grupo Malzoni, que era um dos sócios. Agora quem toma conta é o neto do Vitor Malzoni, que morou no bairro e foi grande amigo da Dona Guiomar, e o moleque não quer nem saber das coisas. Ele não cumpre as coisas. Precisou reconstruir o jardim da Casa Bandeirista e ele não fez. Fizeram 2 puxadinhos e aí veio o Iphan e multou eles. Tem duas casinhas ali que não tem nada a ver com a casa original. A gente tá brigando pra que aquilo seja aberto ao público, um lugar para eventos culturais. Tem que se tornar um centro de memórias para a região e continuamos brigando por isso.*

O Grupo de Memórias do Itaim está envolvido também na luta contra os rumos que uma incorporadora quer dar a uma viela da região. Segundo reportagem publicada no jornal O Estado de São Paulo<sup>17</sup>, por R\$ 5,83 milhões, o ex-prefeito Gilberto Kassab colocou à venda a rua sem saída Oswaldo Imperatrice, travessa da Rua Leopoldo Couto de Magalhães, adquirida pelo grupo Birmann Empreendimentos. Segundo os moradores, a rua, que serve apenas de acesso a donos de imóveis comerciais da Avenida Brigadeiro Faria Lima, terá um novo prédio.

*A Birmann Empreendimentos, “laranja” de um grupo de investidores - a Faria Lima Prime Properties - que após comprar aos poucos os lotes da travessa e do seu entorno, diz que o local não é adequado para receber nenhum projeto público paisagístico, como é de desejo dos moradores do Itaim Bibi. Essa rua é sobra dos lotes desapropriados para as obras de alongamento da Avenida Brigadeiro Faria Lima, ocorrido no governo Maluf. Depois, nós conseguimos na Câmara Municipal que a praça seja feita, mas aí veio o filho do dono da Birmann conversar com a gente e nos perguntou o que a gente queria, meio que comprando a gente, e dissemos que queríamos que eles construíssem uma praça pública. É isso que a gente quer. Aí passou um tempo, os jornais ficaram telefonando pra mim. A rua tá lá ainda e tem que ser transformada em uma praça pública. Como eles vão fazer, não sei, mas por terem comprado vão ter que respeitar a decisão.*

O bairro, como tantos outros, está na mira da especulação imobiliária, mas Pádua sabe que este é um caminho inevitável.

*O grupo vê a especulação com muita tristeza. É a destruição de uma memória, de uma história. Mas, por outro lado, a gente*

---

<sup>17</sup> ZANCHETTA; FRANÇA, 2012.

*acha que é inevitável, porque ninguém mais quer ficar andando de carroça, quer andar de carro e é uma coisa que não tem volta. Agora o importante é que as incorporadoras registrem as memórias. Eles têm força pra isso, têm dinheiro e precisam registrar a história. Como? Com ações. Um livro como esse, da Casa Bandeirista, é super importante. Fizeram com a Lei Rouanet, mas fizeram.*

Para ele, o registro da memória e das histórias dos bairros esbarra na questão da identidade das pessoas:

*Se você registra a história, a memória, a pessoa que vem de fora começa a respeitar. Por que as pessoas que vêm de fora não respeitam? Porque não conhecem. Eles veem a creche e acham que é uma casinha feia, baixinha, vamos destruir e construir um prédio enorme. Mas não, sabendo que ali morou o Bibi, que era o chateau da família Couto de Magalhães, que ali do lado da Salvador Cardoso passava uma grande curva do Rio Pinheiros, que ali a família se hospedava porque eles gostavam de caçar e pescar, que foi a primeira biblioteca infantil fora do centro e quem escolheu foi o Monteiro Lobato. Não é uma coisa bonita? Mas quem olha pergunta, o que é isso? Então você tem que contar a história, tem que contar a memória. É importante fazer isso.*

## **PRESERVA SP**

A associação Preserva SP começou em 2005 na forma de um grupo de discussão na internet sobre assuntos relativos ao urbanismo e ao patrimônio cultural da cidade. Com o tempo o grupo cresceu, novas pessoas passaram a fazer parte dos debates e, em 2007, a associação foi formalmente registrada na forma de OSCIP - Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. A diretoria é formada por cinco diretores e três conselheiros fiscais que atuam de forma absolutamente voluntária.

Segundo o presidente Jorge Erubies, o trabalho do Preserva é, essencialmente, de parceria com as associações de bairro que os procuram.

*A gente não vai conseguir preservar um casarão em algum bairro se a comunidade local não se envolver. Quando somos procurados, fazemos uma parceria, lutamos juntos e dentro de nossas possibilidades. Como já temos experiência em algumas questões, transferimos nosso conhecimento adquirido em outros movimentos para as associações. Ensinaamos o caminho das pedras mesmo, como proceder, qual órgão da prefeitura acionar. Mas cada caso é um caso e não temos tantos*

*recursos assim para atuar na cidade inteira. A gente faz o possível, porque todo mundo aqui é voluntário.*

Erubies cita o exemplo do Quarteirão da Cultura, no Itaim. O engajamento do Grupo de Memórias contou com o apoio do Preserva SP. Outra parceria de sucesso foi com o grupo Amo a Mooca.

*Uma que deu certo é o quarteirão do Itaim, com Helcias e o pessoal do bairro. Ainda não é um capítulo completamente encerrado, mas tudo indica que terminará com a preservação do quarteirão e a não venda dele. Essa foi uma grande vitória nossa e da associação. Com a Amo a Mooca, tivemos uma parceria no caso do Moinho, que hoje parece que tá fechando, mas pelo menos tá tombado. Foi uma das primeiras causas que abraçamos, em 2007, 2008, a gente conseguiu. Não tínhamos muita experiência, estávamos começando e foi mais uma vitória da comunidade mesmo. Os moradores, a pessoa que explorava o Moinho tiveram uma participação fundamental.*

Em relação ao trabalho desenvolvido pelas associações de moradores na preservação de seus bairros, Erubies concorda que seja algo de fundamental importância, mas aponta o problema da especulação imobiliária como principal entrave:

*É uma luta de Davi contra Goliás. Como o setor imobiliário é o poder que manda na cidade de São Paulo atualmente, não tem o que discutir. Eles financiam a maioria das campanhas dos vereadores e candidatos a prefeito e tem um poder gigantesco. Tentar bater de frente com eles é dar murro em ponta de faca. Tudo que eles querem na Câmara Municipal e na Prefeitura eles conseguem. Pelo menos no governo passado era assim. Era flagrante o poder que eles tinham no governo da cidade. Eles simplesmente mandavam em tudo e não queriam saber de patrimônio histórico, de preservação, de meio ambiente. Eles ditam as leis e não se importam com a opinião pública, com qualidade de vida, é quase impossível resistir ao poderio deles. Por outro lado, pela minha experiência posso dizer que existem muitas lutas e muitas causas concretas de defesa da qualidade de vida em que temos conseguido algumas vitórias, como o caso do Quarteirão da Cultura do Itaim, o caso recente da ameaça de corte das árvores da avenida Francisco Matarazzo, o túnel das Águas Espraiadas, o Projeto Nova Luz. Tem muita coisa concreta rolando pela cidade porque, como eu disse, ela está sendo devastada. Toda hora movimentos de bairros vem nos procurar pedindo nosso apoio, nossa expertise para passar para eles, que são também carentes de voluntários e recursos. Pode ser que haja um ou outro caso em que as pessoas estejam preocupadas em preservar as lembranças, a memória, memória oral, mas na nossa experiência, no nosso dia a dia o que mais tem acontecido são esses casos de*

*assédio da especulação imobiliária, de devastação do meio ambiente e do patrimônio e as pessoas nos procuram justamente para tentar resolver esses problemas.*

Em alguns momentos, a entidade apresenta pedidos de tombamento para os órgãos responsáveis. Erubies fala sobre a relação com eles:

*Temos uma relação respeitosa com a Prefeitura, apesar de eles não nos procurarem para nada. Já em relação aos órgãos de preservação, o relacionamento com o Conpresp, até ano passado, era terrível. Fizemos vários pedidos de tombamento lá e nenhum foi aceito. Todos os imóveis que a gente pediu tombamento foram demolidos, inclusive um casarão da Paulista, onde ficava o escritório da Porto Seguro. Tinha um outro casarão sensacional na Haddock Lobo, que era um restaurante chamado Pão com Manteiga. O imóvel estava integralmente preservado, era um espaço maravilhoso e pedimos o tombamento porque sabíamos que ele tinha sido vendido para uma construtora. Só que nada aconteceu. O casarão foi demolido e o pedido rejeitado. Então o Conpresp é muito frustrante pelo problema estrutural mesmo. Para começar, a maioria dos representantes dos conselheiros são funcionários da Prefeitura, e isso já complica um pouco. Alguns conselheiros são inimigos declarados nossos e isso eu posso falar porque não é nenhum crime contra a honra, mas realmente tem um lá que quer ver o Preserva longe. Com o presidente anterior, não conseguimos absolutamente nada, eles nos recebiam, eram corteses, respeitosos, mas tudo que pedimos para ele não tivemos êxito. Agora mudou a presidência, assumiu a Nádia Somekh, esperamos que haja uma mudança de rumo. Já o Condephaat, por incrível que pareça, é um órgão até mais democrático que o Conpresp. A composição dele é mais democrática, tem representante de universidades, da sociedade, da igreja... então eu considero mais democrático. Mas os dois órgãos carecem de recursos, porque essa coisa de preservação de memória, meio ambiente é a última prioridade de qualquer governante do Brasil. E o que acontece é que vão chegando os pedidos e eles atendem as demandas na medida do possível. Tem pedido lá esperando há 20, 30 anos. Eles não são pró-ativos, não fazem inventário, não fazem um trabalho de catalogação dos bens. O Iphan eu nem considero, nunca conseguimos uma reunião com os responsáveis por São Paulo. A gente nem sabe o que acontece lá, é uma caixa-preta mesmo, tem um monte de funcionários, mas a gente nem vê o que eles fazem.*

A associação Preserva SP também possui um projeto educacional de conscientização da importância da preservação do patrimônio histórico e cultural da cidade. Erubies explica:

*A gente acha que o mais importante mesmo é fazer um trabalho de educação patrimonial. A gente tem o nosso site, Facebook, nosso informativo, fizemos uma cartilha um tempo atrás. Esse é o trabalho básico da gente, fazer palestras, debates, todo mês a gente faz uma palestra no Senac Santa Cecília, quando somos convidados vamos em faculdades. O problema é que a gente não tem braço pra fazer o trabalho que gostaríamos. Gostaríamos de fazer mais pela educação patrimonial com crianças, adolescentes, mas infelizmente faltam voluntários e vamos adiando. Nossa esperança é que, à medida que a gente for se consolidando, que for entrando mais dinheiro no Preserva e a gente consiga pensar em outras coisas, a gente se dedique mais a esses projetos a médio e longo prazo. Mas essa é a missão número 1 do Preserva, consenso entre toda a diretoria.*

Erubies resume ainda sua impressão sobre os rumos desse tipo de iniciativa social:

*Eu já estive em várias assembleias de discussão sobre o Plano Diretor e uma das coisas mais solicitadas para o poder público é a atenção para essa questão da preservação. Esse tipo de movimento contra a verticalização e na defesa da qualidade de vida está pipocando pela cidade. A sociedade clama por isso, mas o tombamento é o grande fantasma da especulação imobiliária hoje em dia, porque é a única coisa que limita o poder absoluto que eles têm. Eu posso falar de uns cem movimentos com essa característica.*

Ao final, o presidente do Preserva SP analisa os motivos que fazem com que as pessoas se unam em torno de tal associação e toquem, de forma voluntária, o trabalho:

*O que une a gente é o fato de gostarmos da cidade e querermos fazer alguma coisa por ela. Esse é o denominador comum dos voluntários e diretores e não queremos ficar parados, queremos melhorar onde a gente vive. Esse é o nosso objetivo comum. É gente de todo tipo de formação arquitetos, pessoas da área do Turismo, historiadores, leigos em geral, aposentados, donas de casa, gente como a gente que quer fazer alguma coisa para melhorar a cidade onde a gente vive, com foco na questão da preservação da memória, mas esse é um objetivo que nos anima. Precisa fazer alguma coisa pela cidade, que está precisando muito. A cidade está ficando inviável, é insuportável viver e se deslocar aqui. A mobilidade urbana está uma tragédia, a questão ambiental está uma calamidade. A questão do patrimônio cultural é outra calamidade. Está mto difícil em São Paulo. Essa cidade não aguenta mais, está cansada. É muito dinheiro que o poder*

*público recebe para não fazer nada em troca. Só trabalham, como eu disse, para beneficiar o setor imobiliário, que é um setor totalmente predatório, que está arrebentando com a cidade. A gente não tem a pretensão de ser o salvador da pátria, mas fazemos um trabalho de formiguinha para que a cidade seja um pouco menos pior.*

Quando questionado se a motivação era apenas pela qualidade de vida e a preservação de memórias e histórias seria, não fator preponderante, mas consequência, Erubies diz:

*Preocupação com a memória, com a história é muito pouco. Eu gostaria de acreditar que essa é uma preocupação da população, mas não é. São poucas as pessoas esclarecidas e dedicadas, com essa generosidade de olhar para perceber que é uma questão importante. A maioria da população não tem interesse, não está preocupada com a memória e a história, e outra parte só se interessa quando o problema está na rua dela, no bairro dela. Nesse caso eles se mobilizam, vão atrás. Tem gente que nos procura e sabemos que é pelo interesse pessoal dela, mas faz parte. Se bem que eu acho que muitas pessoas estão despertando agora, estão vendo que a situação aqui em São Paulo está muito difícil. Na verdade, é um interesse pessoal nosso ver a cidade melhorar, mais bonita, com melhor qualidade de vida, mais verde. Se lutarmos pela cidade, vai afetar todo mundo, mas pouca gente tem essa visão. É uma coisa da cultura brasileira mesmo. Eu acho bacana esses movimentos que estão surgindo, em sua maioria por conta dessa situação dramática de São Paulo, não tanto por essa questão da memória. É pra resolver um problema concreto que está afetando todo mundo, que é a especulação imobiliária. Em geral, o objetivo é tentar dar uma brechada nessa coisa da especulação imobiliária.*

### [CONSIDERAÇÕES FINAIS]

O objetivo desta monografia era expor conceitos relativos à proteção do patrimônio histórico em São Paulo e à memória e discutir, por meio da ação independente de alguns grupos de moradores, porque existe essa necessidade de registrar, de lembrar, de guardar as lembranças do que seus bairros já foram um dia.

A declaração anônima da conselheira do Conpresp, citada em reportagem publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, de que tombar serve para proteger valor histórico e artístico de um bem, não frear a construção de prédios, foi o que originou a pergunta que guia esta pesquisa: por que as pessoas se reúnem e decidem proteger seus bairros? O que eles querem proteger? Como o fazem? O que os motiva?

A parte teórica brevemente apresentada dá conta de alguns conceitos importantes. Sabendo que aqui se procurou fugir da “história oficial”, feita por documentos juramentados e versões balizadas por um saber técnico qualquer, conforme explicação de Matos (2002), mais os estudos sobre memória coletiva dos três autores selecionados para sustentar esta pesquisa, fica claro por que lembramos, como estas memórias são formadas e, no caso das cidades, como certos lugares agem na definição do que lembramos.

A participação em grupos desenvolve uma certa memória coletiva que é formada por várias memórias individuais. Já os lugares/ bairros/ bens tombados podem funcionar como lugares de memória (Nora), pois há uma vontade de memória de que aquilo garanta uma identidade e que reconstrua uma história. Em vista da sociedade em que vivemos, acelerada, estes lugares são o que restam de outros tempos e é preciso criar arquivos e registros.

Lendo os depoimentos dados pelos seis representantes entrevistados, é possível extrair algumas conclusões parciais. A primeira é em relação à própria atuação dos grupos. Cada um trabalha de um modo e com alcances diferentes. Embora os grupos da Penha e do Itaim Bibi, por exemplo, lidem diretamente

com a coleta de depoimentos, fotografias e outros registros pessoais, o trabalho de Francisco Folco é diferente do de Helcias Pádua. O trabalho do grupo do Pacaembu tem um escopo diverso do grupo Preserva SP. O alcance dos grupos da Mooca e Vila Pompeia é outro se comparado com o alcance das conquistas do grupo do Itaim Bibi. Outro ponto interessante de ressaltar é que alguns deixam claro que defendem as memórias como forma de preservar certa qualidade de vida.

Aí entra a segunda questão, a da especulação imobiliária voraz que existe na cidade de São Paulo hoje.

*Na verdade, mesmo quando a ação dos órgãos de patrimônio histórico consegue efetivar a preservação dos espaços públicos lançando mão dos instrumentos legais disponíveis, o próprio poder público tende a reagir negativamente – nos moldes da iniciativa privada – em nome dos planos e projetos urbanísticos que não consideram a fórmula PRESERVAÇÃO = IDENTIDADE CULTURAL + QUALIDADE DE VIDA como premissa básica do planejamento urbano e regional. (BRITES, 1992, p. 23).*

São muitas as explicações para o fenômeno. Nabil Bonduki, ex-superintendente de Habitação Popular da Prefeitura de São Paulo (1989-1992) e secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente na gestão de 2011 a 2012, explica, em reportagem publicada na revista Caros Amigos, que, em nível internacional, existe uma quantidade importante de capital buscando aplicação.

*À medida que o mercado imobiliário estadunidense e outros importantes, como o espanhol, passaram por um período de crise, o Brasil tornou-se polo atrativo de aplicação desses capitais. O que foi potencializado pela melhora das condições econômicas do País, de maneira geral, e por nossas condições jurídicas favoráveis, deram segurança aos investidores. Com isso, há um processo de financeirização do mercado imobiliário brasileiro, com aplicações maciças de capitais. Nesse contexto, as ações do governo que buscavam estimular a construção civil vão, certamente, contribuir muito nesse processo. (PARMEZANI, 2013).*

A urbanista Rachel Rolnik também fala sobre o assunto: “A ideia de que toda e qualquer área de grande potencial imobiliário tenha,

necessariamente, que ser objeto de incorporação, não apenas contribui para a destruição da memória da cidade, mas também desconstitui qualquer valor que não seja estritamente financeiro” (ROLNIK, 2011).

O depoimento dado por Jorge Erubies, do Preserva SP, é muito esclarecedor em relação a este problema. Mas em muitos momentos, a impressão que dá ao entrevistar os representantes dos grupos selecionados é que eles estão cientes de que não há o que fazer contra a especulação imobiliária e por isso procuram registrar e colher o máximo de dados de antigos moradores para que as histórias dos bairros fiquem acessíveis e assim, um dia, as pessoas saibam o que foi aquele lugar.

Seja pela motivação que for, é importante que existam grupos mobilizados como estes, não só em relação às histórias dos bairros, mas como eixo fundamental do desenvolvimento da cidadania e da identidade.

**[BIBLIOGRAFIA]**

- BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010;
- CHAGAS, Mário. *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A, 2003;
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Editora Unesp, 2006;
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (org.). *O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania*. São Paulo: Departamento Patrimônio Histórico, 1992;
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990;
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Trad: Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990;
- LE MOS, Carlos A. C. *O que é patrimônio histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1987;
- MATOS, Maria Izilda Santos de. *Cotidiano e cultura: história, cidade e trabalho*. São Paulo: Edusc, 2002;
- MIRANDA, Danilo Santos de (org.). *Memória e cultura: a importância da memória na formação cultural*. São Paulo: Edições SESC-SP, 2007;
- NORA, Pierre. *Les lieux de Mémoire: I - La republique*. Paris: Gallimard, 1986;
- \_\_\_\_\_. *Les lieux de Mémoire: II - La nation*. Paris: Gallimard, 1986;
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992, pp. 200-212;
- \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento e silêncio. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, vol.2, nº 3, 1989, pp. 3-15;
- POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente - séculos XVIII – XXI: do monumento aos valores*. Trad: Guilherme João de Freitas Teixeira. São Paulo: Estação Liberdade, 2009;
- PRATA, Antonio. Perdizes. In: \_\_\_\_\_. *Meio intelectual, meio de esquerda*. São Paulo: Editora 34, 2010, pp. 56;
- ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Editora UNESP, 2000;

WORCMAN, Karen; PEREIRA, Jesus Vasquez (coord.). *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: SESC SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.

### Artigos

BOSI, Ecléa. “Memória da cidade: lembranças paulistanas”. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, v.47. jan./abr. 2003;

CANTARINO, Carolina. *Utilidade venceu valor histórico*. In: < <http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=169>>. Acessado em 14/0/13.

CHAGAS, Mario. “Cultura, patrimônio e memória”. In: *Ciências e Letras*, Porto Alegre: nº 31, p. 15-29, jan./jun., 2002;

D'ALÉSSIO, Márcia Mansor. “Memória: leituras de M. Halbwachs e P. Nora”. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.13, nº 25/26, pp. 97-103, set.92/ago.93;

DECCA, Edgar Salvadori de. “As desavenças da História com a memória”. In: SILVA, Zélia Lopes da. *Cultura História em Debate*. São Paulo: Ed. Unesp, 1994;

DUCATI, Ivan. “Para além de um armazém antropológico: patrimônio material e imaterial como fontes de estudos e pesquisas históricas a partir de museus históricos”. In: *Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo*, nº 37, agosto de 2009;

HARTOG, François. *Tempo e patrimônio*. Trad.: José Carlos Reis, Departamento de História da UFMG. *VARIA História*. Belo Horizonte, vol. 22, nº 36: pp. 261-273, jul/dez 2006;

KÜHL, Beatriz Mugayar. *As transformações na maneira de se intervir na arquitetura do passado entre os séculos 15 e 18: o período de formação da restauração*. In: *SINOPSES SÃO PAULO*, nº 36, p. 24-36, dez 2001.

NORA, Pierre. “Entre memória e História: a problemática dos lugares”. Trad.: Yara Aun Khoury. In: *Projeto História*. São Paulo, v.10, dez. 1993;

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v.15, nº 29, pp. 9-27, 1995;

RIBEIRO, Maria Euryce de Barros. “Entre memória e história, o que mudou na História?”. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo: v.8, nº 15, pp. 249-255, set.87/ fev. 88;

RIBEIRO, Olympio Augusto. "Arquitetura: restauração e reciclagem". In: PORTAL VITRUVIUS, ano 5, vol. 9, abr. 2005, p. 128. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/minhacidade/mc128/mc128.asp>>. Acessado em 20/08/2009.

ROLNIK, Raquel. "No Quarteirão da Cultura, no Itaim-Bibi, quais são os valores em jogo?". In: <<http://raquelrolnik.wordpress.com/2011/05/10/no-quarteirao-da-cultura-no-itaim-bibi-quais-sao-os-valores-em-jogo/>>. Acessado em 15 ago. 2013;

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/ comemoração: as utilizações sociais da memória. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v.22, nº 44, pp. 425-438, 2002;

### **Teses**

RODRIGUES, Marly. *Alegorias do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo - 1969 a 1987*. 1994. Doutorado pelo Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

### **Artigos de jornal**

BRANCATELLI, Rodrigo. "3 imóveis são demolidos por dia em SP". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 19 ago. 2011, Caderno Metrópole, p. 1;

\_\_\_\_\_. "38 imóveis de Perdizes podem ser tombados". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 31 ago. 2011, Caderno Metrópole, p.6;

\_\_\_\_\_. "Casarão histórico é demolido em uma noite na Paulista". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 04 nov. 2011, Caderno Metrópole, p.9;

BRANDÃO, Ignácio de Loyola. As paredes caem, uma a uma, em Pinheiros. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, Caderno 2, D10, 20 de abril de 2012;

BURGARELLI, Rodrigo; ZANCHETTA, Diego. "Dono ignora órgão de patrimônio e derruba 5 sobrados". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 dez. 2011, Caderno Metrópole, p. 7;

\_\_\_\_\_; COSTA, Nataly. "Tombamentos demoram até 20 anos e SP mantém 1.237 imóveis 'congelados'". *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 29 fev. 2012, p. 1-3;

FERRAZ, Adriana; FRAZÃO, Felipe. "MP investiga ex-diretor da Prefeitura que comprou 106 imóveis em 7 anos". *O Estado de S. Paulo*. 15 mai. 2012. C1;

GAMA, Paulo. “Construtoras são as maiores doadoras da Câmara de SP”. *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 10 nov. 2012, A-16;

GUTIERRE, Gislaïne; TAU, Felipe. “Moradores pedem tombamento da Vila Madalena”. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 22 jan. 2012;

PARMEZANI, Eliane. “Especulação explode nas periferias”. *Caros Amigos*. jan. 2013, p. 10;

ZANCHETTA, Diego; DURAN, Sérgio. “Conpresp vai votar revisão de áreas tombadas após lobby de construtoras”. *O Estado de São Paulo*. 19 fev. 2008, C8.

\_\_\_\_\_; LEITE, Fabio. “Vereador pede CPI para rever tombamentos”. *O Estado de S. Paulo*. 10 fev. 2010. C4.

\_\_\_\_\_; FRANÇA, Valéria. “Moradores em SP irão à Justiça contra venda de rua”. *O Estado de S. Paulo*. 29 nov. 2012.

## **Depoimentos**

ERUBIES, Jorge. Situação da preservação do patrimônio cultural em São Paulo, Sede do Preserva SP, 22/7/13. Entrevista pessoal;

FOLCO, Francisco José. História do bairro da Penha. Sede do Memorial da Penha, 6/7/13. Entrevista pessoal;

LIMA E SILVA, Maria Antonietta Fina. História do bairro de Vila Pompeia. Sede da Associação Amigos da Vila Pompeia, 16/7/13. Entrevista pessoal;

MAURO, Rodrigo. História do bairro do Pacaembu. REM Construtora, 11/7/13. Entrevista pessoal;

PÁDUA, Helcias. História do bairro do Itaim Bibi. Biblioteca Infantil Anne Frank, 13/7/13. Entrevista pessoal;

PERDUCA, Pedro; GIANNOCARO, Crescenza. História do bairro da Mooca. Colégio Externato São Rafael, 19/7/13. Entrevista pessoal.